

# POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

## Editorial

## Presidido por Luís Filipe Menezes Conselho Nacional reuniu em Bragança



## Portela + Alcochete, solução mais indicada para o Aeroporto

### Destaques:

Reunião do Conselho Nacional em Bragança

Pag. 2 e seguintes

Próximas «Jornadas Parlamentares» em Janeiro, no Algarve

No interior, em «Actividades do PSD»

Conclusões do Conselho Regional da Madeira

No interior em «Notícias da Madeira»

Como é regra na época de Natal e Ano Novo, não se publica a edição semanal do "Povo Livre", que não estará "on line" nos dias 26 de Dezembro de 2007 e 2 de Janeiro de 2008, retomando-se a publicação normal na quarta-feira, 9 de Janeiro de 2008.

Chamamos, desta forma, a atenção de todas as estruturas que, estatutariamente, têm de fazer publicar no "PL" as suas convocatórias, para as datas apontadas acima e para os prazos estabelecidos regulamentarmente.

A todos os nossos Leitores, simpatizantes, militantes e membros das estruturas do nosso Partido ou a elas ligados, o "Povo Livre" deseja um Santo Natal e um Feliz Ano Novo.

Presidido por Luís Filipe Menezes

# Conselho Nacional reuniu em Bragança Portela + Alcochete, solução mais indicada para o Aeroporto

O conselho nacional do PSD, órgão máximo do partido entre congressos, reuniu-se no sábado em Bragança, com a nova lei eleitoral para as autarquias, o aeroporto de Lisboa e a “estratégia de oposição” na agenda.

Luís Filipe Menezes adiantou que, em relação à nova lei eleitoral das autarquias, serão dados a conhecer aos conselheiros nacionais os pormenores do acordo alcançado do PS.

Sem adiantar qual o conteúdo do projecto que “em princípio” será apresentado na próxima semana, o líder social-democrata revelou apenas que “não existem grandes alterações em relação” ao acordo estabelecido em 2005 pelos dois maiores partidos.

“Não existem grandes alterações, só pequenos detalhes foram alterados”, afirmou, recordando que o projecto da nova lei, que só pode ser revista com o voto de dois terços dos deputados, tem o acordo dos autarcas sociais-democratas.

Quanto ao novo aeroporto internacional de Lisboa, os conselheiros nacionais serão informados sobre a “actuação do partido”, mas não será avançada qualquer posição em relação à localização da infra-estrutura.

“Neste momento, com os dados que temos, seria precipitado avançar com uma localização”, sublinhou Luís Filipe Menezes.

“Nesta fase, apenas podemos indiciar tendências, caminhos”, acrescentou, recordando que o PSD já divulgou aqueles que considera serem os “critérios de ordem geral” que devem ser tidos em conta na procura da melhor solução.

Ou seja, continuou o líder social-democrata, deverá ser encontrada uma solução que permita a construção



faseada da nova infra-estrutura, “de acordo com as disponibilidades financeiras do país” e com a evolução do tráfego aéreo.

Por outro lado, a escolha deverá recair sobre a solução “mais económica possível” e permitir o aproveitamento do actual aeroporto da Portela.

“A Portela deve render ainda um número de anos suficientes para rentabilizar o investimento de 400 milhões de euros que está neste momento a ser feito”, frisou,

considerando igualmente “precipitado” definir para já se a Portela “deve ou não fechar” completamente.

Sobre a hipótese inicial da construção do novo aeroporto na Ota, a cerca de 60 quilómetros a norte de Lisboa, Luís Filipe Menezes adiantou que, para o partido admitir essa possibilidade, “terão de se provar que os problemas que são apontados à Ota e as vantagens de outras localizações, não existem”.

“A Ota não pode ser construída de forma faseada e só permite a construção de duas pistas”, lembrou.

Desta forma, “Alcochete poderá ser a solução”, já que nesse local é possível a construção faseada, há a hipótese de expansão e os custos são muito menores”, reconheceu.

Contudo, reiterou o líder social-democrata, para já o PSD apenas irá “indiciar o caminho” que deverá ser seguido, sem se comprometer com qualquer localização em concreto.

Relativamente ao ponto da agenda nacional relacionado com “a estratégia de oposição”, Luís Filipe Menezes revelou que deve ser aprovado um “roteiro de actividades” para o início de 2008, relacionado com o interior do país, para dar “visibilidade” a esta

zona.

Ainda a propósito do problema da desertificação do interior, poderão ser aprovadas algumas “propostas de carácter bastante geral”.

### A comunicação do Secretário-Geral à Informação durante o Conselho

O Conselho Nacional, também aprovou por unanimidade os princípios da reforma do partido, que prevêem a alienação de património, mas sem clarificar se inclui a venda da sede nacional.

O secretário-geral do partido, Ribau Esteves, esclareceu que “no primeiro trimestre de 2008 serão apresentadas as propostas objectivas e definitivas sobre esta matéria”.

Essas propostas poderão passar “também por opções de aquisição de novas condições de património e alienação de velhas soluções de património”, afirmou.

Realçou, no entanto, que “os princípios aprovados não se cingem àquela frase que tem sido muito repetida, que vamos vender a sede A ou a sede B”.

Ribau Esteves garantiu que o “partido não perspectiva vender património para resolver qualquer problema financeiro”.

“Perspectiva dar uma nova lógica ao seu património e uma nova filosofia às suas sedes para as tornar mais modernas e atractivas no funcionamento”, afirmou.

O secretário-geral sublinhou “o simbolismo da aprovação por unanimidade” pelo Conselho Nacional da deliberação aprovada pela Comissão Política Nacional dos princípios para a reforma do partido “ao nível organizativo, administrativo, financeiro e patrimonial”.

O objectivo, segundo disse, é conferir ao partido “maior eficiência na sua acção política”.

O Conselho Nacional abordou também a recente polémica sobre a revisão da lei eleitoral autárquica com a alegada retirada dos presidentes de junta das assembleias municipais.

Ribau Esteves garantiu que a presença dos presidentes de junta nunca esteve em causa no acordo entre PS e PSD.

Segundo o secretário-geral do partido, “o único motivo de discordância e em discussão é se os autarcas de freguesia devem ou não



votar os orçamentos e planos das câmaras, pelos interesses que podem estar em causa”.

O Conselho Nacional aprovou ainda por unanimidade a criação de uma comissão de relações internacionais liderada por Martins da Cruz, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Durão Barroso.

Manifestou ainda satisfação com a forma como decorreu a presidência portuguesa da União Europeia, garantindo que apoiará a decisão que o primeiro-ministro tomar em relação à ratificação do tratado de Lisboa.

Se José Sócrates optar por referendar o tratado, Ribau Esteves disse que o PSD fará campanha pelo “sim”.

O órgão social-democrata manifestou ainda preocupação com os problemas de insegurança.

Ribau Esteves disse que o PSD vai tomar medidas, “mas este ainda não é o tempo para revelar” quais.

A cidade de Bragança, no Nordeste Transmontano, foi apontada como simbólica em relação à atenção que o PSD se propõe dar no próximo ano às matérias do interior.

O secretário-geral reiterou que o PSD vai apresentar até Março um programa de desenvolvimento do interior “completamente diferente das medidas que o Governo tem apresentado em relação a esta matéria”.

O Conselho Nacional aprovou ainda uma moção de apoio às distritais de Bragança e Vila Real, que estão contra a introdução de portagens em alguns troços da futura auto-estrada Transmontana.

## A posição oficial do PSD quanto ao novo aeroporto internacional

Relativamente ao novo aeroporto internacional, Ribau Esteves confirmou que o PSD defende como solução final, o aproveitamento da Portela “até à exaustão” e a construção de uma segunda estrutura em Alcochete de forma faseada de acordo com as necessidades, como tinha sido previsto e proposto pelo Presidente do Partido.

A “clarificação” da posição do PSD foi assumida no segundo Conselho Nacional da presidência de Luís Filipe Menezes, que se desenrolou em Bragança, em cumprimento de uma promessa a esta cidade durante a campanha para a liderança do partido.

“Entendemos que o país tem de rentabilizar até à exaustão os cerca de 400 milhões de euros que têm sido investidos nos últimos anos no actual aeroporto de Lisboa”, afirmou.

O PSD defende também a construção de um segundo aeroporto na margem sul, entendendo que Alcochete “é mais favorável do que a tradicional opção da Ota”.

“Entendemos que com os dados que temos em cima da mesa, a solução na margem sul, nomeadamente em



Alcochete, é em princípio aquela que melhor defende o conjunto dos interesses que estão em causa”, afirmou.

O PSD defende ainda que “essa nova solução deve ser construída de forma faseada para acompanhar, por um lado, o crescimento do tráfego, e por outro lado a tal rentabilização da Portela”.

Ribau Esteves realçou o facto de o principal partido da oposição ter clarificado a sua posição enquanto que o Governo ainda não tomou uma decisão sobre o assunto.

“O que é surrealista é o Governo, que tem todos os instrumentos de análise técnica e de decisão política, continuar a adiar, meses após meses, a decisão”, declarou.

O secretário-geral do PSD recordou que “esta matéria já esteve para ser discutida, foi adiada, e teve recentemente mais um adiamento” para Janeiro.

## Debate Mensal revela Governo frágil e indeciso

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, considerou que o último debate mensal foi “um momento de viragem” que revelou um Governo frágil e acusou o Executivo de copiar o modelo social-democrata de gestão escolar.

Em conferência de imprensa, na sede do PSD, Luís Filipe Menezes declarou-se “particularmente satisfeito com aquilo que se passou na Assembleia da República, com o comportamento do grupo parlamentar e por ter começado a ficar evidente que há uma fragilidade grande no exercício de poder do actual Governo”.

Foi “um momento de viragem”, acrescentou Luís Filipe Menezes, assinalando tratar-se do “segundo debate parlamentar deste ciclo político”, que disse ter-se iniciado com a sua liderança.

Quanto ao modelo de gestão escolar hoje anunciado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, Menezes defendeu que é a cópia “de forma atabalhoada” e “sem imaginação” do que “o PSD defende há muito tempo, há meia dúzia de anos,

de forma concreta há quase três anos”.

Segundo o presidente do PSD, não há divergências em relação aos princípios do modelo de gestão escolar dentro do seu partido, sendo a actual direcção e a anterior ambas a favor de um director responsável pela gestão das escolas e à sua escolha “de forma descentralizada”, pelas “comunidades locais”.

“É uma questão de detalhe se é a comissão municipal de educação que escolhe ou se são os conselhos escolares, cuja composição o primeiro-ministro não avançou hoje”, advogou Menezes.

Respondendo à acusação de que o PSD enquanto governou nada mudou nesta matéria, Luís Filipe Menezes contrapôs que “só ao fim de nove anos e meio de poder socialista é que aparece uma proposta minimamente inteligível sobre gestão das escolas”.

“Nove anos e meio depois, vem o PS encaminhar-se no sentido de princípios que são defendidos pelo PSD. Isso lisonjeia-nos mas achamos que é um bocadinho tarde”, concluiu.

Por outro lado, Luís Filipe Menezes alegou que, no debate mensal, “quem hoje parecia com muita vontade de revisitar o passado era o primeiro-ministro e não o PSD, o PSD quis falar do presente e do futuro”.

O presidente do PSD qualificou a política educativa do Governo de “muito pobre”, com “espírito de laxismo” e contestou o programa “Novas Oportunidades” por dar qualificações “em escassos três meses, empurrando milhares de portugueses, gente de bem, para um logro” porque “não vai servir para grande coisa, infelizmente, no futuro”.

“Aparentemente só se está a trabalhar para a estatística e a passar um sinal perigoso à juventude”, disse, lamentando que no debate não tenha havido do primeiro-ministro “uma palavra sobre estatuto dos professores, sobre modernização de equipamentos, sobre o acesso ao ensino superior, sobre o alargamento do ensino obrigatório”.

## O líder social-democrata defende projecto económico para o desenvolvimento do

## interior e vai apresentá-lo dentro de pouco tempo

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, defendeu hoje um projecto económico que promova o desenvolvimento do interior do País e anunciou que o PSD apresentará “uma panóplia de propostas” nesse sentido.

A propósito do debate sobre a desertificação do interior do País que o PSD agendou para esta quarta-feira, Menezes disse que esse tema terá prioridade na agenda do partido para o próximo ano, sublinhando que “hoje cerca de dois terços do território nacional caminham para o despovoamento”.

Com o debate de quarta-feira, “o grupo parlamentar está a abrir as portas de uma discussão que contradita toda a lógica de abandono a que este Governo tem condenado o interior”, declarou, em conferência de imprensa, na sede do PSD.

Para o presidente do PSD, “faz todo o sentido que haja um projecto que promova o desenvolvimento do interior, até por razões de racionalidade económica”, porque a faixa interior do País “é a que está mais próxima dos mais de 40 milhões de consumidores espanhóis”.

O desenvolvimento do interior “aproximará os nossos equipamentos de venda de bens e serviços do mercado que será o único que poderá potenciar, em termos de médio prazo, um crescimento económico de Portugal sustentado”, defendeu.

“Há toda uma panóplia de propostas que o PSD irá desenvolver”, adiantou Luís Filipe Menezes, que apontou “a necessidade de apostar em novos equipamentos públicos, de apostar numa rede ferroviária qualificada, de articular com as regiões transfronteiriças de Espanha projectos comuns de desenvolvimento”.

“Tem de haver uma lógica global integrada que faça com que não fiquemos só com propostas incipientes como o PS teve do ponto de vista de benefícios fiscais”, argumentou o presidente do PSD.

“Não pode ser uma única medida. Não vai ser uma única medida que vai

resolver os problemas do interior”, reforçou.

## Nova lei eleitoral das autarquias “satisfaz e orgulha” o PSD

O líder do PSD garante que a nova lei eleitoral das autarquias negociada com o PS “satisfaz e orgulha” o partido porque “dá um passo em frente”, recusando a tese de que deixou cair as suas ideias.

“Nunca deixo cair as minhas ideias”, afirmou o líder social-democrata, Luís Filipe Menezes, em declarações à Lusa, a propósito do projecto conjunto PS/PSD de lei eleitoral para as autarquias que será este fim-de-semana apresentado aos órgãos máximos entre congressos dos dois partidos.

Ou seja, acrescentou, apesar de “pessoalmente” defender que se poderia ter ido mais longe nas alterações, não quis “impor” as suas propostas.

“Pessoalmente, defendo um sistema mais aberto”, admitiu, dado como exemplo a possibilidade do presidente de Câmara poder escolher livremente a sua equipa de vereadores na ‘sociedade civil’ e não ficar ‘preso’ aos nomes que constam na lista para a Assembleia Municipal.

Mas, e apesar de não se ter ido tão longe, “foi dado um passo em frente”, sublinhou.

“É um projecto que satisfaz e orgulha o PSD, que não assobia para o lado, mas decide. Foi dado um passo em frente, não queríamos adiar mais algo que era o desejo da maior parte dos autarcas”, defendeu.

Entre as matérias em que foi dado “um passo em frente”, Luís Filipe Menezes destacou a possibilidade dos presidentes das Câmaras Municipais poderem alterar a sua equipa de vereadores a meio do mandato, apesar de terem de ir buscar os substitutos entre os nomes da lista para a Assembleia Municipal.

“Só isso já irá obrigar a um cuidado muito grande na elaboração da lista para a Assembleia Municipal que deverá ter um panóplia alargada de especialista”, assinalou o líder social-democrata.

Desta forma, continuou, o projecto de nova lei eleitoral para as autarquias locais, que só pode ser revista com o voto de dois terços dos deputados, é muito semelhante ao projecto conjunto negociado em 2005 entre o PS e o PSD, quando Marques Mendes ainda liderava os sociais-democratas.

“Não existem grandes alterações, só pequenos detalhes foram alterados”, admitiu Luís Filipe Menezes.

Socialistas e sociais-democratas entregaram em 2005 projectos próprios de lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais e, com Marques Mendes à frente do PSD, negociaram um projecto conjunto que nunca chegou a ser público.

Do que foi conhecido desse acordo,



saiu que o presidente da Câmara Municipal passará a ser o primeiro nome da lista mais votada para a Assembleia Municipal com direito a escolher a maioria absoluta dos vereadores - mas não todos, como previa o diploma do PS - entre os membros eleitos da Assembleia Municipal.

As listas da oposição poderão - como estabelecia o projecto do PSD - indicar vereadores para o órgão executivo na proporção dos seus votos, somando, porém, no máximo um terço dos lugares na Câmara Municipal.

Por outro lado, os membros da Assembleia Municipal não eleitos directamente, os presidentes das juntas de freguesia, perderão poder de voto, tal como pretendia o PS.

## Filipe Menezes garante que “um governo do PSD nunca estará do lado dos delinquentes

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, garantiu sexta-feira, em Castelo de Paiva, que “um governo do PSD nunca estaria do lado dos delinquentes”, numa alusão ao caso do alegado mal-estar de 200 agentes de investigação criminal da PSP do Porto.

Para o responsável social-democrata, “algo vai mal na segurança em Portugal”. Exemplificou com o caso dos 200 agentes da Divisão de Investigação Criminal da PSP do Porto que exigem a clarificação das suas funções, devido às críticas do inspector-geral da Administração Interna.

“O Governo de José Sócrates não os defendeu como deveria. Quando o chefe não protege os subordinados, estão criadas as condições para os desmoralizar”, disse Luís Filipe Menezes.

O presidente do PSD aproveitou o jantar de Natal do PSD de Castelo de Paiva, para salientar que, “nas próximas semanas”, irá apresentar o projecto do seu partido para Portugal.

“Vamos apresentar propostas diferentes da política que o PS está a seguir”, disse Menezes. Deu como exemplo a economia, afirmando que vai lutar pela sua modernização, defendendo privatizações em áreas como os transportes e as comunicações.

Menezes disse que “o PSD passou a liderar o debate político” em Portugal e criticou ao PS e ao seu Governo as falhas nas áreas da segurança, do emprego e da protecção social.

A propósito da política governamental para a função pública, deplorou o sistema de mobilidade dos funcionários públicos. Dizendo que o seu partido “jamais” o adoptaria, concluiu: “O PSD é que é verdadeiramente socialista”.

No seu entender, o PS está contra todos os que dele discordam e “não quer ter oposição”.

## Existem “problemas graves” de articulação entre as diversas forças policiais

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, considerou hoje que existem “problemas graves” de articulação entre as diversas forças policiais ao nível da investigação criminal.

“Manifestamente estamos com problemas graves ao nível da coordenação da investigação criminal no que respeita à articulação das diversas forças que têm responsabilidades”, afirmou Menezes, que comentava aos jornalistas a operação “Noite Branca” de combate

à criminalidade associada à noite do Porto.

Elogiando o papel da Polícia Judiciária (PJ), força policial responsável pela operação de domingo que culminou com a detenção de 11 pessoas, Menezes referiu existirem “problemas de articulação entre magistraturas com responsabilidade de liderar o processo de investigação criminal e as próprias polícias”.

Para o PSD, a PJ deve ver reforçadas as suas competências na área da investigação criminal.

“O PSD vai pensar se faz muito sentido continuarmos a primar num modelo que reparte numa forma, por vezes pouco clara, as responsabilidades da investigação criminal por diversos corpos gerais”, acrescentou.

Para Menezes, “existem razões para reforçar no futuro o papel da PJ na investigação criminal em detrimento do papel de outras forças”.

O social-democrata anunciou ainda que falou hoje com o líder parlamentar do partido, Pedro Santana Lopes, para que “o PSD tome todas as medidas que conduzam a que a legislação que está no parlamento e outra que está para entrar rapidamente possam ser concertadas e aprovadas”.

O líder referia-se à Lei Orgânica da PJ e à Lei Orgânica da Investigação Criminal, que considerou “vitais para se caminhar no sentido de uma maior coordenação da investigação criminal”.

**Luís Filipe Menezes considerou ainda que, com esta operação “Noite Branca”, a PJ “monstrou mais uma vez que, através de uma lógica pró-activa, segura e consistente, os cidadãos podem confiar” nela. -**

Fontes: PL, Lusa, Público, TSF  
Fotos António Teixeira

# Debate promovido pelo PSD sobre a desertificação do interior

O PSD anunciou no início da semana passada que o tema do seu agendamento potestativo no Parlamento para quarta-feira será a desertificação do interior, acusando o Governo e o primeiro-ministro de descuidarem a resolução dos problemas da interioridade.

“O Governo socialista e o primeiro-ministro têm teimosamente descuidado a resolução dos reais problemas da interioridade”, acusa o PSD, numa nota à imprensa da direcção do grupo parlamentar social-democrata.

Salientando que cresce “o êxodo para o litoral” e o envelhecimento das populações e que a “fraca competitividade fiscal” afasta os investimentos empresariais e potencia as deslocalizações, o PSD conclui que “o panorama é mau”.

“O Governo e o primeiro-ministro assobiam para o ar. A questão é demasiado importante para conviver com resignações, por isso o PSD coloca o tema na primeira linha da agenda política”, salienta o comunicado.

O PSD pretende que no seu agendamento potestativo - direito de um partido marcar a ordem do dia no plenário da Assembleia da República - conte com a presença do lado do Governo de, pelo menos, dois ministros: o ministro do Ambiente, Ordenamento e Desenvolvimento



Regional, Francisco Nunes Correia, e o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho.

“Entendemos que se trata de uma matéria estrutural no contexto do modelo de desenvolvimento de

Portugal, com reflexos evidentes na economia, na coesão social e territorial, na demografia e no ambiente”, sublinha a nota de imprensa.

## PSD Chama a atenção do Governo para a desertificação do interior que é uma “Causa Nacional”

O PSD utilizou hoje o debate que havia proposto sobre desertificação no interior para “chamar a atenção” do Governo para a necessidade de tornar esta questão “uma causa nacional”, mas remeteu para mais tarde a apresentação propostas concretas.

“Não queremos fazer do debate uma crítica a este Governo, mas chamar a atenção para uma causa nacional”, avisou logo na intervenção inicial o líder da bancada social-democrata, Pedro Santana Lopes.

Instando “todos” a interiorizar o “drama da população do interior”, Santana Lopes salientou o facto de não existir na Europa outro país com a mesma dimensão de Portugal com “tal desequilíbrio na distribuição territorial”.

“A desertificação do interior tem de ser uma causa nacional”, insistiu, lamentando que em PIDDAC os concelhos mais carenciados sejam, em regra, aqueles que têm “dotação zero”.

“Será esquecimento, será negligência”, questionou.

Já na parte final dos trabalhos, Mota Andrade interpelou a mesa a

questionar sobre se tinha dado entrada algum projecto do PSD acerca da matéria em discussão, ao que o presidente da Assembleia da República respondeu que não.

Pedro Santana Lopes esclareceu que os sociais-democratas tinham optado por não anunciar qualquer proposta porque se tratava de “um debate político e não de apresentação de propostas”.

“A seu tempo, quando considerar oportuno, o PSD apresentará um conjunto de propostas, um programa de revitalização do interior de Portugal”, acrescentou depois o deputado do PSD Mendes Bota no encerramento do debate.

Ao longo da discussão, BE, CDS-PP, PCP e partido ecologista os Verdes alinharam nas críticas ao Governo, com o deputado do BE João Semedo a lembrar “as maldades” que o executivo tem feito à população do interior em matéria de serviços de saúde.

“Algum jovem casal vai mudar-se para o interior correndo o risco que o filho nasça numa ambulância?”, questionou João Semedo, interrogando ainda o Governo sobre se não considera que está a tornar o interior num “quarto escuro onde se põem os portugueses para ficar de castigo”.

Na resposta, o deputado socialista Mota Andrade lembrou que “nascimentos em ambulâncias sempre houve”, acusando João Semedo de ter um “discurso demagógico”.



Pelo CDS-PP, o deputado Hélder Amaral condenou a atitude “autista” do Governo em relação ao que se está a passar no interior, considerando que esta zona do país “assemelha-se cada vez mais a um lar de terceira idade”.

José Soeiro, do PCP, criticou o excesso de demagogia e promessas do Governo, salientando que três anos depois de ter tomado posse a única coisa que existe é “mais desertificação, gente envelhecida e estagnação económica”.

Ainda pelo Bloco de Esquerda, o líder parlamentar Luís Fazenda lamentou a não existência de um “mapa leal e coerente de serviços públicos”, criticando que “cada ministério decida casuisticamente encerrar serviços”.

### Próximas jornadas parlamentares em Janeiro, no Algarve

As próximas jornadas parlamentares do PSD vão realizar-se a 14 e 15 de Janeiro, no Algarve, e irão incluir visitas a zonas desertificadas do sul do país, anunciou hoje o líder da bancada social-democrata, Pedro Santana Lopes.

Em declarações aos jornalistas no Parlamento, Santana Lopes adiantou que um dos locais a visitar pelos deputados será a Serra do Caldeirão.



As últimas jornadas parlamentares do PSD realizaram-se em Maio, em Barcelos, e foram subordinadas aos temas da Saúde e da Cultura.

Tradicionalmente, as jornadas parlamentares são encerradas pelo líder do partido.

Desta forma, e apesar do actual presidente social-democrata não ser deputado, estas jornadas

parlamentares poderão ser aproveitadas por Luis Filipe Menezes para se dirigir mais uma vez aos parlamentares do seu partido, à semelhança do que já fez uma vez, quando se deslocou à Assembleia da República para participar numa reunião da bancada.

### PSD propõe rotulagem de embalagens, em Braille

O PSD entregou no Parlamento um projecto de lei que prevê que os rótulos das embalagens sejam inscritos em Braille, estabelecendo coimas até 150 mil euros para as empresas que não cumpram essa norma.

Em declarações aos jornalistas no Parlamento, o líder da bancada do PSD, Pedro Santana Lopes, adiantou que o diploma visa “suprir dificuldades às pessoas invisuais no acesso aos bens em venda nos estabelecimentos comerciais”, estabelecendo a obrigatoriedade da inscrição dos rótulos em Braille.

Além disso, os estabelecimentos comerciais deverão ter pessoas para acompanhar os invisuais nas suas compras, acrescentou.

Caso isso não seja possível, continuou Santana Lopes, é instituída a obrigatoriedade da indicação do preço dos produtos em Braille ou através de outro sistema de informação adequado.

De acordo com uma nota de imprensa do grupo parlamentar do PSD, exige-se igualmente que na rotulagem das embalagens dos alimentos e dos produtos não alimentares seja inscrita em Braille “ou através de outro sistema de informação”, o respectivo nome, as suas características, a data de validade e as suas condições especiais de conservação e de manuseio.

Segundo Santana Lopes, a implementação destas medidas irá implicar “alguns custos para quem produz, mas trata-se de uma obrigação da sociedade”.

As sanções para o incumprimento

das novas normas são “multas gravosas” que podem atingir os 150 mil euros, acrescentou ainda o líder da bancada social-democrata.

Na nota de imprensa distribuída aos jornalistas é referido que parte das verbas das multas deverá ser aplicado para apoio financeiro a programas e projectos destinados a pessoas com deficiências.

No diploma prevê-se também um regime de entrada em vigor das novas normas que concede “um razoável tempo de adaptação às entidades nele abrangidas e que reconhece, ainda, a especificidade dos estabelecimentos de comércio de menor dimensão”.

### O PSD questiona o Governo sobre o internato dos novos médicos

O PSD questionou o Governo sobre a elaboração das listas de colocação dos médicos internos nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, pedindo garantias de que os atrasos verificados no início deste ano não se voltarão a repetir.

Num requerimento entregue na Assembleia da República, o PSD interroga o executivo socialista sobre se “os médicos iniciarão o respectivo internato na data devida”.

“Pode o Governo assegurar que este ano não se repetirão os erros ocorridos no ano passado na colocação dos novos médicos nos estabelecimento do Serviço Nacional de Saúde”, perguntam ainda os social-democratas.

No requerimento dirigido ao ministério da Saúde, o PSD recorda que no início deste ano “o país foi confrontado com atrasos na colocação de 883 médicos recém-licenciados”, na sequência de “erros sucessivos na elaboração das listas de colocação”.

“Foram colocadas na Internet listas de colocação desses médicos, as quais foram retiradas passadas algumas horas por, pelo menos, duas vezes seguidas”, lembram os social-democratas, sublinhando que esses “erros” repetiram-se desde Novembro de 2006 até ao início de 2007.

Apesar de reconhecerem que essa não foi a única vez em que se verificaram problemas com as colocações nos internatos médicos, os social-democratas assinalam que “nunca antes houve necessidade de adiar o início da actividade profissional dos médicos recém-licenciados”.

“Esta situação, grave para os serviços de saúde e altamente lesiva para os médicos atingidos, deveu-se à tão evidente como incompreensível incompetência do Governo em assegurar a regularidade e tempestividade da colocação desses médicos”, lê-se ainda no requerimento.

Por isso, é ainda referido, importa indagar o executivo socialista se “o país irá ser novamente confrontado com a desorganização do Governo e a sua incapacidade em assegurar, pela segunda vez consecutiva, a atempada colocação dos médicos internos”.





Os sociais-democratas dizem ainda que a dúvida do PSD decorre principalmente das declarações do ministro da Saúde em Janeiro, altura em que Correia de Campos disse que os atrasos na colocação dos médicos constituíam “um fenómeno natural”.

No documento, o PSD questiona igualmente sobre o impacto financeiro nos estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde decorrente do atraso que se verificou em Janeiro deste ano.

## **Distrito de Leiria contesta traçado do TGV no Concelho de Alcobça**

Os deputados sociais-democratas do círculo eleitoral de Leiria vão apresentar um requerimento ao Provedor da Justiça contra a passagem do TGV pelo concelho de Alcobça, disse hoje à Lusa a deputada por aquele distrito, Ofélia Moleiro.

“Não estamos contra o TGV, defendemos é que o seu traçado não deverá afectar negativamente os habitantes da zona”, afirmou Ofélia Moleiro, após ter-se reunido com os alguns membros do movimento Anti-TGV de Alcobça.

“Já tínhamos entregue um requerimento ao ministro das Obras Públicas sobre esta questão, mas até ao momento ainda não recebemos nenhuma resposta”, apontou Feliciano Barreiras, outro deputado do PSD, prevendo apresentar o requerimento em Janeiro de 2008.

Este foi o primeiro grupo parlamentar a dar apoio ao movimento que contesta a passagem do pelo concelho de Alcobça, revelou um dos seus membros, Bruno Letra, indicando algumas razões.

“A passagem do TGV pelas freguesias de Alcobça terá um impacto enorme nas indústrias, nas acessibilidades e no património histórico”, indicou Bruno Letra acrescentando, que “este estudo impõe o derrube de pelo menos 30 a 40 casas, deixando estas pessoas desalojadas”.

O movimento protesta também contra a possibilidade de o TGV passar por uma área que estava há muitos anos destinada à localização da indústria local e que poderá sofrer uma diminuição de cerca de 20 por cento.

“O governo não está a tomar uma atitude séria há cerca disto no nosso entender”, frisou o membro representante do protesto.

O movimento pretende apresentar uma petição na Assembleia das República com “pelo menos” 4 mil assinaturas da população das oito freguesias de Alcobça que serão afectadas, que terá como objectivo reforçar a posição do PSD do círculo eleitoral de Leiria.

“Defendemos que o estudo que deveria ser implementado era aquele que prevê a passagem do TGV a leste da Serra dos Candeeiros, entre Alenquer (Ota) e Pombal, porque é uma zona que tem menos habitantes”, explicou Bruno Letra.



As freguesias que deverão ser incluídas no traçado actual são Benedita, Turquel, Évora de Alcobça, Pataias, Alpedriz, Prazeres de Aljubarrota, S. Vicente de Aljubarrota e Cós.

O movimento, que se formou a 4 de Outubro pelos habitantes de Alcobça, promete continuar os seus actos de protesto até que o governo altere a sua decisão sobre a passagem do TGV.

“Agora aguardamos pelo dia 24 de Dezembro em que a Agência do Ambiente vai dar o seu parecer sobre o traçado previsto pelo governo”, concluiu o representante do movimento.

## **PSD quer esclarecimentos sobre as dotações necessárias ao Metro do Porto**

O PSD quer que o governo esclareça se pretende dotar o Metro do Porto com os “recursos necessários” para a expansão da rede, nos termos propostos pelo estudo elaborado pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

O esclarecimento foi solicitado num documento, entregue sexta-feira na AR a que a Lusa teve hoje acesso, subscrito pelos deputados Jorge Costa e Agostinho Branquinho, eleitos pelo círculo do Porto, na sequência da divulgação daquele estudo, que prevê um investimento de 1,5 mil milhões de euros para a expansão da rede do

metropolitano portuense.

O estudo, encomendado pela Metro do Porto por acordo entre o Governo e a Junta Metropolitana do Porto, foi elaborado pelo Laboratório de Planeamento da Faculdade de Engenharia e defende que, além da construção das três linhas já previstas (a que liga Matosinhos à Rotunda da Boavista pela Avenida da Boavista, na parte ocidental da cidade, a Linha de Gondomar e a segunda linha de Gaia), deve ser construída uma linha circular, subterrânea, ligando todas as linhas da actual rede.

A proposta da Faculdade de Engenharia implica também o prolongamento da Linha Amarela até Vila d’Este, em Gaia, concelho que teria ainda uma nova linha, desde Santo Ovídeo até à Arrábida, ligando ao Porto na zona do Campo Alegre.

No total, este estudo aponta para um investimento de 1,5 mil milhões de euros, a preços actuais, montante sensivelmente inferior ao da primeira fase do Metro do Porto, cujo custo total foi de 2,2 mil milhões de euros.

Em finais de Maio, na assinatura do acordo entre o Governo e a Junta Metropolitana do Porto para a expansão da rede de metropolitano, o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, afirmou que iriam ser investidos “no mínimo 500 milhões de euros” na construção dos cerca de 40 quilómetros da segunda fase da rede do Metro do Porto.

Os deputados do PSD que subscreveram o documento solicitando

esclarecimentos do governo, lamentaram ainda ter tido conhecimento do estudo elaborado pela Faculdade de Engenharia apenas pela comunicação social.

“Pela importância estrutural que este projecto tem para a mobilidade de quem vive e trabalha na Área Metropolitana do Porto, parece-nos incompreensível que o estudo tenha sido apenas dado a conhecer através da imprensa aos agentes políticos da região”, refere o documento, dirigido ao presidente da Assembleia da República.

Por outro lado, os dois deputados do PSD salientam que “são várias as propostas avançadas que devem merecer uma reflexão cuidada e rigorosa”, recordando que o estudo da Faculdade de Engenharia tem um custo previsto que é “o triplo do acordado” entre o Governo e a Junta Metropolitana, em Maio de 2007.

Nessa perspectiva, Jorge Costa e Agostinho Branquinho pretendem que o Governo esclareça qual a sua posição relativamente às propostas apresentadas e se está na disposição de dotar o Metro do Porto com as verbas necessárias para a sua concretização.

**Os dois deputados solicitaram ainda à Metro do Porto o envio do estudo em causa, já que apenas tiveram dele conhecimento através dos órgãos de comunicação social.**

– Fontes: PL, Lusa, DN



## Declaração Política Deputado Feliciano Barreiras Duarte

A.R., 13 de Dezembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados

Subo hoje aqui a esta tribuna para falar do passado.

Sim, do passado. Do passado que o Governo e o Partido Socialista tanto adoram diabolizar e onde cada vez mais se refugiam para esconder muitos dos erros da sua actual governação no país.

Para vos falar, do passado que o Partido Socialista tanto usa e diaboliza e que não é real quando procura enfatizar até á exaustão.

Porque, Senhoras e Senhores Deputados

Esse passado, ( o único de que os nossos amigos socialistas gostam de falar já que tem vergonha e medo do seu passado guterrista) que é o do tempo da governação dos XV e XVI Governos Constitucionais, deram a Portugal e aos portugueses muitos resultados em várias áreas positivos, porque determinantes, para a defesa dos superiores interesses do nosso país.

E, por isso, hoje quero em nome do PSD, trazer um exemplo claro de ganhos para o país, que os Governos liderados por José Manuel Durão Barroso e Pedro Santana Lopes, alcançaram.

Faço-o registando muito positivamente em nome do PSD, que o país viu reconhecido a nível internacional, que somos o segundo melhor país de entre 27 países dos mais desenvolvidos do mundo, com melhores políticas publicas de integração na área da imigração.

Apenas a Suécia, nos ultrapassa. O índice de políticas de integração, que de forma rigorosa promoveu até á exaustão uma análise comparativa entre as políticas de integração de 27 países, em vectores de diagnostico tão dispares, como o acesso ao mercado de trabalho, ao reagrupamento familiar, á anti - discriminação, há participação política e a criação de infra estruturas e de instrumentos de apoio aos imigrantes, atesta que Portugal em boa hora iniciou um caminho positivo nestas matérias.

E Senhoras e Senhores Deputados

Nesse ranking Portugal ficou em segundo lugar, á frente de Países como a Bélgica, a Holanda, a Finlândia e o Canadá, por exemplo. E são infelizmente muito poucas as vezes que noutras matérias isto sucede.

Alguns – infelizmente a maioria porque andam muitas vezes distraídos sobre estas matérias – talvez ainda não soubessem que tal aconteceu.

Mas aconteceu. E ao acontecer revela que em primeiro lugar valeram a pena os esforços e o trabalho que o XV e o XVI Governos Constitucionais, desenvolveram para criarem em Portugal uma verdadeira politica de imigração assente em dois pilares base – rigor nas entradas mas humanismo e responsabilidade na integração.

Foi por isso que em menos de três anos de governação liderados pelo PSD promovemos sucessivas alterações legislativas e administrativas, com o fito de iniciar um percurso de solidificação das políticas públicas nesta área e da estabilização do Direito da Imigração em Portugal.

Foi por isso que em menos de três anos, criamos quase tudo o que o actual governo herdou em Março de 2005 e que nós não herdamos em Abril de 2002.

Criamos por exemplo:

- O Alto Comissariado Para a Imigração e Minorias étnicas



- O Observatório Para a Imigração
- A Linha SOS Migrante
- Os Centros Nacionais de Apoio ao Migrante
- Os Centros Locais de Apoio ao Migrante
- O Conselho Consultivo Para os Assuntos da Imigração
- A Comissão Para Igualdade e Contra a Discriminação Racial
- O Programa Nós
- A Unidade de Missão Para o diálogo inter-religioso
- O Programa Escolhas 2ª Geração
- etc, etc porque haveria muito mais para referir.

Com esta distinção, conferida por entidades devidamente credenciadas e em que - registre-se - o período de avaliação comparativa incide em grande parte no tempo de funções dos governos liderados quer por José Manuel Durão Barroso quer por Pedro Santana Lopes, é reconhecido que Portugal apesar de nesta área ainda ter muito trabalho pela frente - e nós sabemo-lo e estamos preparados para essas responsabilidades - estamos,

apesar de tudo isso no bom caminho.

Por tudo isto registamos politicamente, esta decisão como uma vitória politica para Portugal, para os portugueses e para os cidadãos estrangeiros que cá tem vivido e contribuído não só economicamente, mas também social e culturalmente, para o nosso desenvolvimento colectivo e também para todos os que sem excepção têm trabalhado e ainda trabalham para no dia a dia contribuir para a concretização destas políticas.

É uma vitória de todos os que sempre acreditaram (e acreditam como é o nosso caso) que a imigração não é um problema, mas sim uma oportunidade, que nós portugueses temos de estar á altura das responsabilidades de numa área tão sensível como esta, e de com sentido de Estado, ser fieis á nossa história.

Nunca esquecendo que durante décadas a fio, exigimos a muitos outros países, para tratarem os nossos emigrantes (que são 5 milhões 1/3 de todos nós) com humanismo promovendo as políticas de imigração adequadas nos seus países de acolhimento.

Por tudo isto Senhoras e Senhores Deputados

Ao trazer-mos hoje aqui esta matéria, fazemo-lo para registar esta vitória do nosso país, mas também para que nos mobilizemos sem abdicar das nossas diferenças, para continuarmos a trabalhar nesta área servindo Portugal e os portugueses. É isso que o PSD tem feito. Ontem no Governo, hoje na oposição – veja-se o nosso contributo não só para a aprovação mas sobretudo para a feitura das novas Leis da Nacionalidade e da Imigração - e no futuro do Governo de novo, esta área da governação será um exemplo sempre positivo de concretização das melhores políticas publicas.

Como é fácil de perceber, o nosso passado – de menos de 3 anos – deu muitos resultados positivos. Este é apenas um exemplo. Mas há mais. O partido Socialista dos 7 anos do consulado de António Guterres e de já quase três anos de José Sócrates, talvez nem tanto. É também isso que nos distingue do PS. É que não vivendo mal com o passado, preocupamo-nos mais com o presente e sobretudo com o futuro. É em nome disso que aqui estamos. Em nome do futuro de Portugal.

Disse,  
Feliciano Barreiras Duarte



## Intervenção Deputado Fernando Antunes 14 de Dezembro de 2007

Projecto de Lei nº 425/X/3ª  
(Regime Jurídico dos Manuais Escolares e de outros recursos didácticos)

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados

Tivesse o Partido Socialista e o Governo uma posição clara de defesa da autonomia da Escola portuguesa e teríamos hoje uma Lei dos manuais escolares muito mais consensual, assente na liberdade de adopção, potenciadora de rigor científico e qualificação dos manuais, motivadora para todos os agentes envolvidos. Nuns casos, as Editoras, com uma concorrência saudável pela obtenção de uma maior qualidade, no outro lado - falo dos destinatários que são os alunos, os professores, os pais e toda a Comunidade Educativa - beneficiando dessa disputa com acesso a manuais livremente escolhidos, através de um processo de adopção que compete à Escola, que defendemos devem ter autonomia quer na gestão administrativa quer na pedagógica.

O Governo assim não quis e a maioria Socialista autista, arrogante e solitária como parece gostar, aprovou a Lei sozinha e o resultado está aí - passado quase ano e meio da publicação da Lei nº 47/2006, de 28 de Agosto, não há um manual escolar certificado, pouco foi implementado, podemos dizer que temos uma mão cheia de nada em aspectos como a certificação da qualidade, a reutilização dos manuais, a bolsa de empréstimo e os custos continuam a sobrecarregar anualmente as famílias, constituindo mais um imposto impiedoso a somar à avalanche fiscal que, sem dó nem piedade, cai sobre os contribuintes, e as famílias.

A regulamentação da Lei que, nos termos do seu artigo 37º, devia ser feita no prazo de 90 dias após a sua publicação, foi feita um ano depois e das Comissões de Avaliação e Certificação dos Manuais Escolares nem sinal de vida.

A concepção dirigista e de tutela centralizadora numa área onde a vontade política subjacente é bem clara, deixa a nú as verdadeiras intenções do Partido Socialista - tudo controlar, obstruindo aquele que é o caminho e um dos pilares fundamentais da verdadeira autonomia das Escolas, que neste caso significa escolher os manuais escolares que se pretendem para a especificidade do seu próprio projecto educativo.

O Partido Socialista e o Governo que na sua anteposta de Lei

defendia o livro único, recuando apenas face à crítica frontal do Conselho Nacional de Educação, sabe que o caminho que projectou na Lei que aprovou, pode levar a isso mesmo. Dissemos e repetimos, hoje mais convencidos, que a pré-certificação dos manuais escolares é um tremendo erro, indutor de tentações de "controleirismo doutrinário" a coberto da nomeação de qualquer Comissão de Certificação, nomeada por este ou outro Ministério da Educação.

Quanto mais não fosse o caminho previsto devia ser claro e não obscuro, devia ter horizontes e não ser sinuoso, devia ter uma leitura objectiva e não permitir resultados enviesados.

Lamentamos também, mas já não estranhámos, o conservadorismo demonstrado pelo Partido Socialista nesta matéria! Quando a nosso ver, a Lei devia projectar o importante papel que as novas tecnologias têm nos processos de aprendizagem; quando vemos o Ministério da Educação promover por todo o lado a formação no âmbito de novos conteúdos educativos com base em plataformas digitais; quando vimos, no início do presente ano lectivo, o Governo na sua quase totalidade a distribuir computadores por inúmeras escolas, numa jornada de despudorado eleitoralismo; afinal o que é que vemos de concreto?! Vemos o Governo e o Partido Socialista enterrarem a cabeça na areia e fechados no casulo do seu autismo nada dizerem num campo de transformação fundamental no modo de transmissão de conhecimentos.

Uma maioria desfazada no tempo não permitiu que tivéssemos uma Lei para muitos anos, pois devia incluir nela as novas tecnologias de informação e de aprendizagem, que são um complemento importante dos manuais escolares. Ignorar na actual Lei o papel dos novos meios interactivos e dinâmicos que a informática proporciona e que não devem ser separados dos conteúdos transmitidos nos manuais escolares é um exemplo da miopia política em que caiu o Partido Socialista com uma maioria amorfa, adormecida que suporta um Governo que erra demais para tanto silêncio.

É caso para dizermos:

Em tempo de Novas Oportunidades deve o Partido Socialista submeter-se à avaliação nesta

matéria e porque estamos a falar entre adultos talvez submeter-se ao escrutínio da Agência Nacional para a Qualificação. Estamos certos que o Governo e o PS, a caminhar assim nunca obteriam a Carta de Qualidade que prevêem criar em 2008.

Mas não tem que ser assim. O PSD ao apresentar um Projecto de Lei sobre manuais escolares e outros recursos

Por fim a questão da bolsa de empréstimos, que defendemos tem que ser olhada como um factor de promoção da equidade e justiça social. Para isso é preciso acreditar na Autonomia e dar meios às Escolas e às Autarquias. Caricato é continuar a tentar resolver o problema do Empréstimo de manuais escolares com recurso aos lucros das papelarias Escolares como preconiza o artigo 8º



didácticos abre aqui uma janela de oportunidade para o Partido Socialista corrigir e inovar.

Corrigir essencialmente apostando claramente na autonomia da Escola, dando-lhe liberdade de decisão, em relação à adopção de manuais abandonando a tentação de tutela estatista que representa a pré-certificação. A certificação na visão do PSD representa um valor acrescentado e uma mais valia para o manual escolar que, naturalmente é aferido pelas Editoras e pela Escola, mas deve funcionar de baixo para cima e nunca imposto por uma qualquer cúpula macrocéfala que rejeitamos.

Este debate abre campo à inovação e o nosso Projecto de Lei introduz as novas tecnologias como um recurso didáctico essencial e complementar do manual escolar.

É um convite ao Partido Socialista para abandonar a sua posição de um conservadorismo cómodo, para apostar nos novos tempos e na modernidade que representam os novos conteúdos informáticos.

do Despacho nº 19165/2007, do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. O Governo quer construir a equidade social tirando com uma mão para dar à outra.

Quer fazer justiça social praticando a injustiça social.

Este debate é a oportunidade que o PSD tem para voltar a apelar à Responsabilidade do Governo e da Assembleia da República.

No debate mensal desta semana, o Primeiro-Ministro, trouxe aqui a nova visão socialista sobre a Gestão das Escolas do ensino básico e secundário, que é uma cópia do Projecto de Lei que oportunamente o PSD submeteu a esta Câmara. Ver ontem os Deputados Socialistas com sorriso incrédulo e sarcástico ouvir os Deputados do PSD a defenderem a criação da figura do Director da Escola, dá-nos agora o prazer de ver muitos deles "engolir em seco". Dizemos, como diz o povo, "vale mais tarde que nunca". Assim, saiba o PS, aprendendo a lição, tirar ilações deste debate. Corrigir e inovar é o caminho.

## Intervenção do Deputado Mendes Bota, na sessão de encerramento do debate sobre “Desertificação do Interior” Assembleia da República

12 de Dezembro de 2007

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados

O Governo apresentou-se neste debate mais desertificado do que o país. Das suas 17 cadeiras ministeriais, apenas uma se apresentou ocupada. Taxa de desertificação igual a 94 %, o que é um mau sintoma do grau de preocupação real que o governo presta ao problema da desertificação e do despovoamento do país.

Portugal, é hoje um Estado altamente centralista e centralizado, o país europeu que menos equitativamente redistribuiu os dinheiros públicos. O Estado central gere 87% das receitas públicas, e é responsável por apenas 48% do investimento público.

A desertificação das actividades humanas atinge já hoje ¼ do território nacional. Poder-se-ia chamar com propriedade uma autêntica “Área de Evacuação Humana”, fruto dos fogos florestais, do abandono da agricultura, da falta de investimentos, de empregos, e de infra-estruturas. É uma situação de gravíssimos contornos em termos de erosão, perda da biodiversidade, envelhecimento da população, escassez de água nos solos, abandono das terras e da agricultura tradicional.

Depois de ouvirmos o discurso do sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, mais nos convencemos de que há muitos políticos de topo, fechados nos seus gabinetes cidadãos, que não têm a mínima noção do que é a verdadeira realidade da desertificação. Até parece que vivem noutro país.

A atracção pelos centros urbanos, é a ilusão de que aí se cria riqueza. Mas também é verdade que aí se concentram os postos de emprego qualificado que fazem progredir carreiras.

Isto cria problemas insolúveis, pois as grandes cidades e as suas periferias não estão preparadas para receber tanta gente.

A recente evolução do PIDACC revela quebras dramáticas para o interior. Só Lisboa e Porto levam 51% do investimento público. E, em contrapartida, é escandaloso o número de municípios contemplados com o “PIDACC Zero”. E vem o senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares falar-nos que o governo está a investir no interior no capital humano. Mas em quem, se qualquer dia não existe lá



ninguém para ser formado? O interior não precisa de assistencialidade, é verdade, precisa é que lhe dêem a oportunidade de sobreviver, e de se desenvolver em pé de igualdade de direitos com o resto do país.

O QREN ignora o interior. O QREN é centralista, marginaliza os municípios, e representa a última oportunidade para o lançamento de um de um Plano Nacional de Equilíbrio do Território. Mas a atitude do governo, prenuncia que será uma actividade perdida.

Já aqui foi amplamente denunciado, o encerramento maciço de estruturas de serviços públicos nos domínios da saúde, dos correios, da educação, dos tribunais, da segurança, das finanças, dos transportes públicos ferroviários, dos transportes públicos rodoviários, e até dos serviços de electricidade.

Esta diminuição acentuada da presença de serviços públicos de proximidade no interior, afecta os pilares fundamentais da base económica local. Ninguém quer viver em locais onde se encerram serviços públicos. O encerramento de tribunais, pode representar o desaparecimento da derradeira ligação directa das populações a um órgão de soberania.

O governo comete o erro de só se guiar por critérios estatísticos, mas para o PSD, o encerramento de serviços

públicos deveria estar sujeito a estudos de impacto social nas condições de vida dos cidadãos afectados.

Também estamos perante o PRACE da oportunidade perdida. A reorganização da administração pública, poderia ter sido abordado por três lógicas diferentes tão alternativas como complementares. A orçamental, que parece ter sido a única a interessar ao Governo. A funcional, que poderia ter alguma lógica, e a territorial, que seria a que mais interessava ao combate à desertificação.

Mas não. Com este governo, mesmo os novos serviços continuam a ser localizados em Lisboa.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Regista-se um recuo em 100 Kms da fronteira económica com Espanha, potenciada pelo diferencial do IVA. Regista-se, também, à incapacidade de mobilização de investimentos estratégicos públicos ou privados

Assiste-se à deslocalização para lá da fronteira, de recursos humanos, empresas e investimentos. Portugal tem pesadas baixas na batalha da competitividade fiscal com Espanha. 100.000 trabalhadores portugueses inscritos na Segurança Social de Espanha. Milhares deslocam-se diária ou semanalmente, no vai-vem da sobrevivência.

Tem-se assistido a políticas erradas de ordenamento. Ao êxodo do interior corresponde sempre a agressão do litoral. Os condicionamentos radicais aplicados ao interior, das Áreas Protegidas, da Rede Natura, da proibição de qualquer actividade florestal, incluindo a desmatação, e até a própria agricultura, muito têm contribuído para o abandono das terras e a desmotivação daqueles que teimam em sobreviver no interior de Portugal.

A Lei das Finanças Locais a partir de 2009 vai acentuar as assimetrias regionais. Gravosa para os municípios do interior e com menos habitantes.

Estamos perante um país, a três velocidades. A dos grandes centros urbanos, das cidades intermédias e do resto do território. Há, de facto, Portugueses de primeira, de segunda e de terceira classe.

O Mapa PIN de Portugal é, ele próprio, o espelho do Mapa da Desertificação, do Desequilíbrio e do Despovoamento, concentra os grandes investimentos no litoral, sendo pouco significativo o número dos que se irão implantar no interior de Portugal.

Só é pena que o Ministro da Economia não revele igual empenho e eficácia de resultados na captação de investimentos PIN para o interior do País, também ele rico de potencialidades económicas, inclusive turísticas, e culturais, ainda por explorar.



## INTERVENÇÃO

### Deputado Ribeiro Cristovão

AR, 12 de Dezembro de 2007

A disparidade entre as diferentes regiões, não cessa de aumentar. Veja-se a evolução do PIB per capita nas regiões do Norte, do Centro, de Lisboa, do Alentejo e do Algarve. Temos hoje maiores disparidades do que tínhamos há vinte anos atrás.

O país precisa de menos centralismo, e de mais democracia regional.

O PSD não enjeita responsabilidade nenhuma, mas nunca é demais ressaltar esta verdade inequívoca: nos últimos doze anos, o responsável maior por nove anos de governação, é o Partido Socialista. Isto representa 75% do tempo.

E seria bom, já que gostam tanto de citar o livro “Coragem de Mudar”, de ler o que o presidente do PSD lá escreveu sobre os problemas do interior de Portugal.

O país não pode continuar a desperdiçar paisagens, tradições, cultura, capacidades produtivas, até dinheiro e oportunidades.

Há pouco mais de trinta anos, Portugal cometeu um erro estratégico estrondoso, ao nacionalizar a economia para, dez anos depois, com prejuízos incalculáveis e irrecuperáveis, voltar a privatizá-la, num esforço que ainda hoje não terminou.

Deixar transformar irreversivelmente Portugal num imenso espaço desertificado, com uma linha de altíssima concentração urbana no litoral, seria um erro catastrófico de consequências inimagináveis.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados

Não basta dizer que a desertificação dos solos se estanca, estancando o despovoamento, e que o despovoamento se estanca, criando empregos, e que estes se criam, atraindo investimentos, e que estes se atraem, dando incentivos fiscais ou outros. O problema, é que se o próprio Estado é o primeiro a debandar, e a desistir de estar presente, não pode esperar que sejam os cidadãos, tipo pioneiros, que decidam instalar-se onde deixou de haver assistência na saúde, na segurança, na justiça, nos transportes ou na escola para os filhos.

Com esta política administrativa de abandono do interior, uma política cega, obcecada por meros critérios quantitativos, o Governo dá os sinais políticos mais errados, e consegue ultrapassar de longe os impactos das alterações climáticas. E essa, é que é uma verdade inconveniente, como hoje, aqui e agora, foi amplamente demonstrado.



Senhor Presidente da Assembleia da República  
Senhor Ministro  
Senhoras e Senhores Deputados

O retrato que hoje estamos aqui a fazer de uma parte do país apresentamos, em largas faixas do território, imagens que nos mostram pessoas sem esperança e rostos onde a angústia reflecte um estado de alma de quem pouco ou nada acredita no futuro.

Mais do que qualquer outro Governo, este, presidido por José Sócrates, apenas tem mantido como objectivo eliminar tudo quanto possa contribuir para a sobrecarga do Orçamento, sem cuidar das pessoas e dos cuidados que a sua manutenção ali exige.

E, por isso, nestes quase três anos de Governo a palavra de ordem foi encerrar.

Fecharam-se estabelecimentos de saúde, sem critério;  
Escolas, sem conta, não abriram as suas portas;  
Há uma clara diminuição nos

contingentes das forças de segurança;

Alguns tribunais estão igualmente destinados a encerrar os seus serviços.

E por entre muitas carências destaca-se a ausência de investimento público na área do emprego, o qual, a concretizar-se ajudaria à fixação de muitos jovens.

No que toca às acessibilidades, sobretudo as acessibilidades transversais, estamos igualmente perante um dos maiores entraves ao desenvolvimento.

Há zonas que continuam encravadas, de que são exemplos mais gritantes os concelhos do Pinhal, e outras sem ligações a Espanha que seriam fundamentais para um novo tipo de relação fronteiriça com o país vizinho.

E em matéria de transacções comerciais, a Espanha é ainda uma espécie de salvatério.

Ali se podem comprar muito mais baratos artigos de primeira necessidade, uma vantagem decorrente da diferença de IVA em cinco pontos percentuais, e combustíveis a preços muito inferiores aos nossos.

Em 2008, duas centenas de gasolinhas portuguesas situadas até 80 km da fronteira, podem decretar falência devido à asfixia financeira decorrente dessa diferença.

Nos últimos dois anos, já encerraram 80, resultando daí a extinção de 2000 postos de trabalho.

O desvio de consumo de Portugal para a Espanha, vai ascender a 155 milhões de litros de combustível, o equivalente a 163 milhões de euros, o que acarreta também uma clara perda de receitas fiscais para o Estado.

Quanto ao Comércio, também ele afectado por este circuito comercial, só em 2006, encerraram, em Castelo Branco, 130 estabelecimentos, prevendo-se que este ano, quase a terminar, ronde uma cifra muito semelhante.

O pequeno comércio está a definir em todo o Distrito, o que equivale, também a perder-se esse elo que constitui um traço de união entre as pessoas da mesma rua, do mesmo bairro, da mesma localidade.

Portugal assiste, hoje, a uma mudança evidente do seu paradigma de desenvolvimento.

A equação que este Governo faz do Interior é muito simples: tem menos contribuintes, tem menos votos, tem mais dificuldades, tem maiores necessidades, requer mais investimento, então tem pouca importância, logo é para fechar.

Não calaremos a nossa voz, enquanto Portugal caminhar a duas velocidades e sem que haja uma visão de desenvolvimento harmonioso para o país.

O Governo foi forte em promessas e continua exímio em propaganda.

Há quase três anos sentado nessas cadeiras, é tempo de começar a cumprir!



# Carlos Coelho defende protecção diplomática para cidadãos europeus em países terceiros

O Parlamento Europeu aprovou o Relatório do Deputado Varvitsiotis Ioannis sobre a “Protecção diplomática e consular dos cidadãos da UE, nos países terceiros” que mereceu o apoio do Deputado do PSD Carlos Coelho.

Para Carlos Coelho ser cidadão europeu comporta “um conjunto de direitos, onde se inclui o Direito a protecção diplomática e consular” pois “qualquer cidadão da União beneficia da protecção das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer outro EM, quando o seu país não disponha de embaixada ou consulado no território de um país terceiro.”

Segundo Carlos Coelho esta questão é ainda mais “relevante se tivermos em conta que existem apenas 3 países - China, Rússia e EUA - que dispõem de representação diplomática e consular de todos os Estados-Membros da UE.”

Para além da representação dos EM em países terceiros poder ser muito heterogénea, existem igualmente casos em que ela é inexistente (ex. Maldivas).

Carlos Coelho apoiou esta iniciativa que pretende contribuir para que o disposto no artº 20 TCE e no artº 46 CDF, se “possa efectivamente traduzir na prática, lançando as bases de um verdadeiro direito fundamental harmonizado de protecção diplomática e consular para todos os cidadãos da União, independentemente da sua nacionalidade.”

O Deputado do PSD referiu que é igualmente positiva, nos termos do Tratado de Lisboa, “a criação de um Serviço Europeu de Assuntos Externos, com competências e responsabilidades próprias.”

Concordando que é essencial promover a informação aos cidadãos, Carlos Coelho destacou ainda “a criação de um número de telefone europeu único de emergência, que permite aos cidadãos europeus obterem as informações que necessitem, nomeadamente no caso de situações críticas e de emergência.”



## Carlos Coelho destaca sucessos da Presidência portuguesa e aponta reservas

O Parlamento Europeu debateu com a Presidência do Conselho e com a Comissão Europeia a agenda do próximo Conselho Europeu e aproveitou também para fazer um primeiro balanço da Presidência Portuguesa. Carlos Coelho falou em nome dos Deputados do PSD.

### *Resumo dos principais pontos da intervenção:*

Carlos Coelho foi o primeiro Deputado português a intervir neste debate e destacou a “excelente prestação” de toda a equipa portuguesa, destacando as medidas estruturais conseguidas como o acordo para o Tratado de Lisboa, a “viabilização do estratégico e importante” Programa GALILEO que segundo o Deputado “alguns preferiam não existir deixando o exclusivo aos EUA, à Rússia e à China” e por fim a solução portuguesa para alargar o Espaço Schengen. Quanto aos resultados das Cimeiras com o Brasil e com África Carlos Coelho foi menos optimista optando por “esperar pelos resultados no futuro” pois “Só o tempo dirá se se traduzem em medidas concretas ou não passaram de grandes eventos com visibilidade mediática.” A terminar Carlos Coelho destacou ainda o papel dos Diplomatas e demais funcionários portugueses que em Bruxelas e em Portugal contribuíram para este sucesso.

Carlos Coelho iniciou a sua intervenção afirmando que “a Presidência portuguesa está a chegar ao fim e pode já apresentar um conjunto de apreciáveis sucessos.”

### Cimeira UE-África e Brasil

Comentando as Cimeiras com África e com o Brasil afirmou com cautela “Não sou dos que sublinham excessivamente as iniciativas diplomáticas relacionadas com as Cimeiras com o Brasil e com África, entre outras.”

“Só o tempo dirá se se traduzem em medidas concretas ou não passaram de grandes eventos com visibilidade mediática.”

### Medidas Estruturais

Carlos Coelho preferiu sublinhar as medidas estruturais que, para bem da Europa, foram tomadas durante estes 6 meses, destacando três:

- O fim da crise institucional com a adopção do Tratado de Lisboa que vai ser assinado amanhã e a proclamação da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais que passa a ter um carácter vinculativo;

- O histórico alargamento do Espaço Schengen com a integração de 9 novos Estados-Membros e quase 4 milhões de Km2

- A viabilização do estratégico e importante Programa GALILEO que alguns preferiam não existir deixando o exclusivo aos EUA, à Rússia e à China.

### Entendimento com Durão Barroso e com o Parlamento Europeu

De seguida Carlos Coelho sublinhou “o profícuo trabalho legislativo em colaboração com o Parlamento Europeu e o excelente entendimento com a Comissão presidida pelo Dr. Durão Barroso. A cooperação interinstitucional funcionou e deu bons resultados.”

### Agenda do Conselho

De seguida o Deputado do PSD, analisou a agenda do próximo Conselho

Europeu e disse esperar ainda “importantes decisões” quer no “domínio da política externa com especial destaque para o Kosovo”, quer no que diz respeito “à resposta europeia face aos desafios da Globalização”. Imigração, Carlos Coelho destacou ainda o facto da Política de Imigração constar da agenda deste Conselho, destacando o papel de Durão Barroso nas “as oportunas iniciativas da Comissão Europeia a esse propósito. Há problemas e desafios que ultrapassam claramente a dimensão de cada Estado-Membro e recomendam uma abordagem comum. O que é especialmente óbvio num espaço sem fronteiras internas.”

### Tradição de boas Presidências de Portugal

A terminar Carlos Coelho lembrou que Portugal sempre “deu o seu melhor seguindo o interesse comum quando exerceu a Presidência do Conselho” pois “foi assim” em 1992 com o Ex Primeiro-Ministro e actual Presidente da República Cavaco Silva e o então Ministro dos Negócios Estrangeiros e actual Eurodeputado João de Deus Pinheiro tal como em 2000 com o Primeiro-Ministro António Guterres e “está a ser assim hoje na terceira Presidência do Conselho da União

## Carlos Coelho destaca Acordo de cooperação entre a Agência de Direitos Fundamentais e o Conselho da Europa.

O Deputado do PSD Carlos Coelho saudou o Acordo de cooperação entre a Agência de Direitos Fundamentais da UE e o Conselho da Europa.

Segundo o Deputado português “há cerca de 50 anos que o Conselho da Europa tem vindo a desenvolver um sistema de normas, instrumentos legais e judiciais em prol da protecção e da promoção dos Direitos Fundamentais, tendo-se tornado uma referência em matéria de Direitos Humanos, de Estado de Direito e de Democracia na Europa.”

A Agência dos Direitos Fundamentais, que veio suceder juridicamente ao Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia, deverá contribuir, segundo o Deputado “para aumentar a coerência e a coesão da política da União Europeia em matéria de Direitos Fundamentais.”

Como ambas as instituições partilham o mesmo objectivo (o reforço da protecção dos Direitos Fundamentais) afigura-se “imprescindível a existência de uma estreita colaboração entre ambas.”

Este Acordo visa assegurar a complementaridade e a mais-valia das suas actividades e evitar duplicações com as actividades desenvolvidas pelo Conselho da Europa, como está previsto no artº 9 do Regulamento que cria a Agência dos Direitos Fundamentais da UE.

Carlos Coelho apoiou a conclusão deste Acordo num espírito de “cooperação, transparência e complementaridade”, designadamente ao estabelecer um quadro de cooperação entre ambos, onde deverá haver lugar a contactos e reuniões regulares, a um intercâmbio de informações, bem como a coordenação de actividades, evitando duplicações e garantindo a melhor utilização possível dos recursos.



## Vasco Graça Moura critica “truques” chineses para concorrer com indústria têxtil europeia

Para Graça Moura a produção europeia compete com países que “desvalorizam artificialmente a moeda”, “não respeitam as regras de protecção ambiental” nem “suportam os custos dela, violam com frequência os direitos de propriedade intelectual” e, o que é “ainda mais grave”, no plano sócio-laboral, “além de terem custos salariais muito mais baixos, não aplicam medidas de protecção dos trabalhadores tão rigorosas quanto as europeias.”

Na sessão plenária do Parlamento Europeu, que decorreu na semana passada em Estrasburgo, o Deputado do PSD Vasco Graça Moura foi um dos autores da questão oral sobre o sector têxtil que foi colocada à Comissão Europeia sobre problemas relacionados com a sustentabilidade do sector e sobre as ameaças vindas de novos mercados como por exemplo a China.

O acordo da OMC sobre têxteis e vestuário expirou em 2005, abolindo as últimas restrições ao comércio de têxteis herdado do Acordo Multifibras. A fim de gerir a transição para o comércio livre no sector dos têxteis, a Comissão Europeia e a China concluíram um “memorando de acordo” em 2005. Este memorando expira em 1 de Janeiro de 2008. Para lhe dar seguimento, a Comissão Europeia e o Ministério do Comércio Externo chinês acordaram um sistema conjunto de controlo das importações para 2008. (Info PE).

Na sua intervenção Vasco Graça Moura, começou por afirmar que “a globalização tem como consequência no espaço europeu que as empresas produtoras perdem e as empresas que exportam tecnologia ganham. Tudo isto tem reflexos evidentes na coesão interna.”

No caso da indústria têxtil, a dimensão de PME de muito do tecido empresarial do sector é, segundo Graça Moura “uma desvantagem num mercado que representa 6% de todo o comércio mundial e um volume de negócios estimado em 566 mil milhões de euros. E muitas regiões produtoras sofrem as consequências dos processos de reestruturação económica, tornando difícil a sustentabilidade do sector.”

O Deputado do PSD salientou que a produção europeia vê-se forçada a competir com a de países que “desvalorizam artificialmente a moeda”, “não respeitam as regras de protecção ambiental” nem “suportam os custos dela, violam com frequência os direitos de propriedade intelectual” e, o que é “ainda mais grave”, no plano sócio-laboral, “além de terem custos salariais muito mais baixos, não aplicam medidas de protecção dos trabalhadores tão rigorosas quanto as europeias.”

Vasco Graça Moura vincou a necessidade cada vez mais urgente de respeitar “as regras da OMC e que a Comissão seja capaz de monitorizar as importações”, não permitindo, como já sucedeu, que se passe “artificialmente uma esponja sobre os excessos que na prática se verificaram com a China, em relação à entrada de produtos têxteis.”

Propõe por isso que a Comissão adopte todas as medidas de salvaguarda dos interesses da União, incluindo se necessário “a imposição de quotas à China, possível até ao final de 2008 no quadro legal da OMC, e a exigência de respeito integral das regras de um jogo justo.”

Na opinião do Deputado, “os produtores europeus carecem de incentivos à Investigação e Desenvolvimento e à qualificação da mão-de-obra, de um bom acesso aos mercados exteriores e de um bloqueamento eficaz das contrafacções. A propriedade intelectual é fundamento da mais-valia do sector e deve ser defendida a todo o custo para encorajar uma produção de alto valor acrescentado.”

A terminar Vasco Graça Moura afirmou taxativamente que “a segurança do consumidor não pode ser esquecida. Incumbe à Comissão impedir que qualquer produto nocivo para a segurança das nossas famílias entre em casa dos cidadãos.”



Questões colocadas:

- Que balanço faz das consequências da liberalização do comércio do têxtil e do vestuário quanto ao encerramento e à deslocalização de empresas e quanto à destruição de postos de trabalho neste sector estratégico da UE? Qual a previsão das consequências socio-económicas de uma maior liberalização do comércio neste sector, designadamente em termos de destruição de emprego na UE?

- Porque não optou pela prorrogação das restrições, aliás à semelhança do contemplado em acordos celebrados entre a China e os EUA? Como pensa evitar em 2008 a situação ocorrida em 2005, caracterizada pelo crescimento exponencial das importações de têxteis, através do mecanismo de “duplo controlo” das importações oriundas deste país, isto é, a partir de que aumento de importações pretende actuar?

- Qual a distribuição do valor acrescentado entre os diversos elementos da cadeia de valor do sector, designadamente dos produtos importados?

- Quantos pedidos de activação do “Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização” foram entregues e já aprovados no quadro da dita reestruturação da indústria têxtil e do vestuário na UE?

- Quais os meios financeiros comunitários definidos para 2007-2013 com vista à modernização do sector do têxtil e do vestuário na UE? Porque não propõe um programa comunitário específico de apoio ao sector?

- Como pretende combater a contrafacção? Que pensa da “petição para uma qualidade certificada, transparência, rastreabilidade, composição e origem dos produtos dos sectores do têxtil, confecção, couro e calçado” apresentada pelo sector?

- Quais os objectivos que se propõe atingir no quadro das negociações da OMC quanto ao têxtil e ao vestuário? Qual a actual situação das negociações a este respeito?

- Não pensa que a proposta de isentar de pagamento de direitos “anti-dumping” as empresas europeias que deslocalizam a sua produção, exportando-a posteriormente para a UE, irá agravar ainda mais a situação deste sector na UE? Não pensa que, ao contrário, é necessário suprimir todo o apoio às empresas europeias que deslocalizam as suas actividades industriais?

- Qual o seguimento que está a dar às orientações do “grupo de alto nível” para este sector?



# Carta aberta ao Presidente da Câmara de Ovar, em defesa da Honra

Álvaro Santos (\*)

Senhor Presidente da C. M. de Ovar:

Na sequência das afirmações proferidas por V. Exa na sessão da Assembleia Municipal do passado dia 14 de Dezembro, em defesa da VERDADE, da minha HONRA e do meu BOM-NOME, cumpre-me esclarecer o seguinte:

1. São completamente FALSAS as reiteradas afirmações de V. Exa. de me imputar a responsabilidade de ter incentivado os Deputados Municipais do PSD a abandonar a referida sessão, em sinal de protesto pelas acusações caluniosas e totalmente desprovidas de fundamento, proferidas por V. Exa., de responsabilização do PSD pelo progressivo esvaziamento (presente e futuro) de serviços e competências do Hospital de Ovar.

2. O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ovar é constituído por pessoas livres e plenamente conscientes das suas responsabilidades no exercício do mandato que lhe foi conferido pelo voto popular e não se deixam intimidar, nem influenciar por qualquer tentativa gratuita de V. Exa. criar divisionismos internos no seio do nosso partido.

Se esses divisionismos existem noutros partidos, isso não nos diz respeito, muito menos nos preocupa.

3. Congratulo-me pelo facto do Grupo Municipal do PSD, assim como, demais deputados municipais de outros partidos, terem imediatamente DESMENTIDO essa acusação gratuita e pusilânime (porque feita na minha ausência) de V. Exa.

4. Considero completamente infame e intolerável a tentativa de V. Exa. responsabilizar o PSD por tudo aquilo que de mau se tem passado no Hospital de Ovar.

O esvaziamento progressivo de serviços e valências do Hospital de Ovar é da INTEIRA REPONSABILIDADE da actual governação socialista, apoiada em todos os momentos pela submissão e subserviência do executivo socialista da Câmara Municipal de Ovar.

A prova disso foi o protocolo assinado no dia 24 de Julho de 2007, entre a Câmara Municipal de Ovar e a Administração Regional de Saúde do Centro, contra a vontade expressa dos partidos políticos com representação na Assembleia Municipal, à excepção do Partido Socialista.

5. Por muito penoso que seja para quem actualmente governa os destinos da autarquia, é importante recordar que foi no tempo do Governo de coligação liderado pelo PSD que o Hospital de Ovar beneficiou de um dos maiores investimentos públicos dos últimos 10 anos, nomeadamente, com a introdução de um moderno serviço de Radiologia que se traduziu num valor de 1,2 milhões de euros.

6. Ao contrário, quando o PS governa os destinos do País, Ovar e o seu Hospital sofrem com isso. Assim foi, em 1999, quando o governo PS encerrou a Maternidade. Assim é, agora em 2007, com o encerramento do serviço de internamento de Pediatria e o Serviço de Urgência. Contra factos, não há argumentos.

7. O Presidente da Câmara Municipal de Ovar é o responsável político local pelo encerramento do Serviço de Urgência e pela falta de condições e de informação ao público que têm norteador o processo de encerramento deste serviço, com todos os problemas que são públicos.

Infelizmente, a primeira vítima mortal aconteceu precisamente no dia



15 de Dezembro, às 11h da manhã. E sobre isso, é legítimo perguntar se todas as condições operacionais estavam reunidas para dar a melhor assistência e se tudo foi feito para evitar essa vítima mortal?

8. Da parte do PSD, a nossa consciência está plenamente tranquila sobre aquilo que fizemos, e que continuaremos a fazer, para a criação das melhores condições de prestação dos cuidados de saúde à nossa população. – (\*) *Engenheiro Civil, Mestre em Planeamento do Território, Presidente da CPS/PSD de Ovar e vereador da Câmara Municipal de Ovar*

Local 

Notícias da Distrital de Coimbra

## Jaime Soares acusa Governo de deixar o Distrito fora da auto-estrada Mealhada-Viseu

O presidente da Distrital do PSD de Coimbra acusou o Governo de deixar o distrito de fora da futura auto-estrada que vai ligar Mealhada a Viseu, cujo projecto está em consulta pública.

“O projecto, que já está em consulta pública, deixa mais uma vez de fora o distrito de Coimbra, à excepção de Cantanhede, apenas porque o nó de ligação à A1 ficará na freguesia de Sepins”, acusa Jaime Soares.

O dirigente, que é também presidente da Câmara de Póvoa do Varzim e membro da Associação Nacional de Municípios Portugueses, defende que a futura auto-estrada para Viseu “deveria ser agarrada ao IP3, tendo por

base o actual traçado”.

“Todos nós julgávamos que a ligação a Viseu teria de partir de Coimbra e seria a transformação do IP3 em auto-estrada”, sublinha o dirigente social-democrata, que vê assim esfumar-se a “esperança de uma futura duplicação” daquela via.

O líder distrital do PSD questiona se é “com este traçado da auto-estrada a Viseu que se resolvem os graves problemas do IP-3, ou continuará esta estrada a ser um verdadeiro banco de ensaios de acidentes e de mortes”.

Segundo Jaime Soares, a construção da futura auto-estrada “acaba com a esperança da urgente e imprescindível reformulação do IP3”,

que tem sido uma das vias de maior sinistralidade rodoviária na região centro.

O autarca exige agora que o Governo se comprometa com a construção de uma ligação entre Coimbra, a partir do IC3, e o nó de acesso da futura ligação a Viseu, também em perfil de auto-estrada, com três vias em cada sentido.

“Apelo a que olhem para o mapa de Portugal e vejam Viseu e Aveiro com vias para tudo quanto é lado e o distrito de Coimbra completamente ao abandono”, sublinha Jaime Soares, referindo que Leiria e Castelo Branco também estão bem servidos de acessibilidades. - **Lusa**



Notícias da Distrital do Porto

## A nomeação de uma equipa de investigação dos homicídios da noite revela “um problema nacional”

O presidente da distrital do PSD/Porto, considerou que a nomeação pelo PGR de uma equipa para liderar as investigações aos homicídios ocorridos na noite portuense é consequência de estarmos perante “um problema nacional”.

“Trata-se de um problema nacional e não de um fenómeno regional restringido ao Porto, pelo que é necessária uma coordenação nacional para as investigações em curso”, disse, à Lusa, Marco António Costa.

Para o presidente dos social-democratas portuenses, a nomeação de uma equipa de coordenação liderada por uma procuradora de Lisboa “não representa qualquer depreciação dos órgãos regionais de polícia”.

“Sei que as investigações continuarão a ser feitas pelas estruturas locais das polícias, seja em Lisboa, seja no Porto, pelo que apenas a coordenação é feita por uma equipa exterior às mesmas”, afirmou.

Marco António Costa sublinhou que as mortes ligadas aos negócios da noite não se registaram só no Porto, mas também em Lisboa, estando a ser investigadas ligações entre os crimes.

“O que seria politicamente conveniente é que o Governo enfrentasse de caras esta situação e que não continuasse a enviar mensagens erradas à opinião pública, procurando desvalorizar esta situação através do recurso sistemático à manipulação de estatísticas, como tem acontecido”, afirmou o presidente do PSD/Porto.

A equipa nomeada pelo procurador-geral da República (PGR), Fernando Pinto Monteiro, será chefiada pela procuradora Maria Helena Fazenda, que será apoiada por cerca de dez elementos do



Ministério Público, Polícia Judiciária, PSP e Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

Maria Helena Fazenda era esperada no dia 14, na PJ do Porto, com dois funcionários, para tomar contacto com o processo.

Em Julho e Agosto, registaram-se vários casos de grande violência em estabelecimentos de diversão nocturna da cidade do Porto, na sequência dos quais morreram duas pessoas, um segurança e um cliente, em diferentes discotecas, tendo-se registado mais três homicídios nas últimas semanas no Porto e um em Lisboa.

Segundo o despacho de Pinto Monteiro, compete à procuradora Maria Helena Fazenda, do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), “dirigir e coordenar a investigação dos inquéritos instaurados aos factos” relacionados com “episódios de alta violência contra as pessoas” ocorridos nos últimos meses na Área Metropolitana do Porto, “bem como de quaisquer outros que com aqueles possam estar conexos, objectiva ou subjectivamente”.

“Todos os processos existentes, relacionados,

directa ou indirectamente, com os factos referidos, serão entregues a essa magistrada, que passará a ter a sua direcção”, lê-se no despacho de Pinto Monteiro.

O PGR justifica esta decisão “não só devido à gravidade das consequências de tais actuações criminosas, mas também devido à qualidade e eficiência dos meios utilizados, que indiciam existência de elevado nível de preparação e de organização dos agentes envolvidos”.

“Tendo em consideração a complexidade das investigações, a repercussão social e a gravidade dos factos, considera-se adequado garantir a direcção concentrada dos inquéritos já pendentes e de outros com estes eventualmente conexos”, adianta o PGR.

O crime de domingo à noite, em Gaia, ocorreu doze dias depois de um outro segurança ter sido abatido na zona ribeirinha da Alfândega.

Entre os seis assassínios ocorridos no Grande Porto nos últimos seis meses, o caso mais mediático foi o do empresário Aurélio Palha, dono da discoteca “Chic”, abatido a tiro, em Agosto, a partir de um carro em andamento.

- Fonte: Lusa

Notícias de Aveiro

## “Visitar, Conhecer, Aprender”

A Câmara Municipal de Aveiro realiza a iniciativa “Visitar, Conhecer, Aprender” no sábado e 2ª feira, terminando no dia 21, na Biblioteca Municipal de Aveiro.

“Visitar, Conhecer, Aprender” consiste na realização de três ateliers nos dias mencionados e destina-se a crianças e jovens dos 8 aos 13 anos, cada atelier aceitou 16 inscrições, gratuitas e efectuadas na Biblioteca Municipal de Aveiro.

Com duração de 90 minutos, os ateliers têm como objectivos incentivar as crianças e jovens a explorar a biblioteca de uma forma mais autónoma; orientá-los na elaboração de referências bibliográficas; e dar a conhecer o espaço infanto-juvenil da Biblioteca Municipal de Aveiro.

Como escreveu Umberto Eco “... acontece muitas vezes ir-se à biblioteca porque se quer um livro cujo título se conhece; mas a principal função da biblioteca... é de descobrir livros de cuja existência não se suspeitava e que todavia, se revelam extremamente importantes para nós. É certo que essa descoberta pode ter lugar desfolhando um catálogo, mas não há nada mais revelador do que explorar as estantes...”

Prolongamento do horário do comércio, na Quadra Natalícia

Foi autorizado, em regime excepcional, o prolongamento do horário dos estabelecimentos comerciais na Quadra de Natal do Concelho de Aveiro nas seguintes condições: dias 15 e 16 de Dezembro – das 15.00 às 20.00 horas; dias 17, 18, 19 e 20 de Dezembro – encerramento às 20.00 horas; dias 21, 22 e 23 de Dezembro – das 10.00 às 22.00 horas; dias 24 e 31 de Dezembro – das 10.00 às 17.00 horas; e nos dias 26 de



Dezembro e 2 de Janeiro os estabelecimentos estarão encerrados.

No que concerne ao alargamento de horário de funcionamento de todos os estabelecimentos dos grupos IV (bares) e V (discotecas) de acordo com o Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho de Aveiro, informamos que foi autorizado em

regime excepcional, de 13 a 31 de Dezembro, os seguintes horários: Grupo IV – de Domingo a Quinta-feira, das 10.00 às 03.00 horas; Quartas-feiras, Sábados e Vésperas de Feriados – das 10.00 às 04.00 horas. No Grupo V o funcionamento estará autorizado de Domingo a Quinta-feira – Das 10.00 às 04.00 horas; e Sextas-feiras, Sábados e Vésperas de Feriado – das 10.00 às 06.00 horas.



### Festa de Natal dos idosos

A Festa de Natal dos Idosos irá ter lugar amanhã, às 15.00 horas, no Grande Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

A Festa de Natal, inserida no projecto “Viver a Idade” e no programa de Animação de Natal, consiste na apresentação da peça de teatro “Vem cá amanhã que eu vou fritar hoje!!!” da VicenTeatro, destinada a todos os idosos do concelho de Aveiro.

A Festa de Natal irá contar com 345 idosos de diversas entidades: Associação de Melhoramentos de Eixo; Centro Paroquial de São Bernardo; Centro Social de Azurva; Centro Social Santa Joana Princesa; Florinhas do Vouga; Fundação CESDA; Juntas de Freguesia da Glória; de Aradas; de Eírol; de Nariz; de Requeixo e de São Bernardo; Projecto Novas Sendas e Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.

“Vem cá amanhã que eu vou fritar hoje!!!” é uma produção da VicenTeatro, com encenação de João Carneiro e produção executiva de Linda Varandas. Os actores são Anna Carvalho, Carlos Piocho, Helena Macedo, Tânia Leonardo.

– CM Aveiro

Notícias de Évora

## PDM de Évora pouco ambicioso e sem estratégia

O Plano Director Municipal de Évora agora revisto e aprovado não responde ao projecto de futuro e desenvolvimento que o PSD defende para Évora, revelando-se um instrumento sem estratégia e pouco ambicioso para um futuro de sucesso.

O documento obteve apenas os votos solitários do Partido Socialista, que se viu obrigado a recorrer à figura do voto de qualidade do Presidente da Câmara para fazer o aprovar, evidenciando a clara falta de consenso das forças políticas em torno do novo PDM, em reflexo da análise que dele é feita pela população do concelho.

O processo de revisão do PDM de Évora, que agora caminha para o seu fim, não responde à ideia de futuro e de desenvolvimento que o PSD defende, mas apenas à insuficiente visão do Partido Socialista para Évora que, ao recusar organizar em simultâneo um processo de planeamento estratégico para o concelho, não permitiu ancorar e sustentar coerentemente o processo de revisão do PDM.

O documento aprovado é um instrumento que não reflecte as preocupações e prioridades do PSD para Évora, comprometendo boa parte do seu potencial de resolução dos problemas que afectam Évora hoje e dos desafios que o concelho enfrentará no futuro. No fundo, trata-se de um instrumento assente em demasiadas incertezas, fechado sobre o concelho, sem estratégia e pouco ambicioso para

um futuro de sucesso.

Apesar de todas estas fraquezas e lacunas, que nos lega um PDM não merecedor de uma nota superior ao insuficiente, o PSD teve que optar entre chumbar o documento ou permitir a estabilidade na vida das pessoas. Em nosso entender, seria pior para Évora que o concelho continuasse na incerteza e paralisia dos últimos 10 anos, período em que o PDM já deveria, efectivamente, ter sido revisto.

Para um partido com profundos valores humanistas, como o PSD, as pessoas devem sempre estar primeiro, pelo que considerámos essencial estabilizar um mínimo de referência orientadora para a vivência de pessoas, entidades e empresas do concelho de Évora.

Contrariando aquela que sempre foi a vontade do PS, que não permitiu a participação da sociedade civil na feitura do documento, o PSD estimulou a discussão pública como única forma de os eborenses participarem efectivamente na definição do seu futuro.

O PSD foi um partido responsável durante o processo de discussão do PDM. Expressámos as nossas posições sobre o conteúdo do documento sem intenções propagandísticas. Não nos aproveitámos das preocupações dos eborenses, preferindo antes escutar com atenção as pessoas e pugnar para que as suas opiniões fossem consideradas no documento final, procurando, assim, a possível melhoria



participada na elaboração final do documento. Mas, ainda assim, não poderia o PSD aprovar algo que é manifestamente frágil e insuficiente para o que Évora merece e precisa.

A partir de agora, acabaram-se as desculpas do Partido Socialista para os problemas que continuam por resolver em Évora, para as promessas eleitorais não cumpridas, para os investimentos anunciados e que tardam, para os milhares de postos de trabalho prometidos e não criados, para a especulação imobiliária que teima em continuar.

Criadas as condições exigidas e invocadas pelo PS, depois da aprovação da revisão do PDM, o PSD

será criteriosamente exigente com o executivo socialista na Câmara de Évora, mas acreditamos que só um milagre poderia fazer recuperar o marasmo e atraso de 6 anos em Évora!

É urgente estimular e preparar um novo ciclo de vida para a cidade e o concelho de Évora enfrentarem com sucesso um futuro exigente face às oportunidades do QREN 2007/-2013 e às transformações em curso nos domínios do desenvolvimento urbano e do ordenamento do território, designadamente no Alentejo.

O reforço da atractividade e do papel de Évora, enquanto pólo de desenvolvimento regional, na sociedade e economia do conhecimento, a valorização económica do património histórico e cultural da Cidade, o desenvolvimento equilibrado das componentes urbana e rural, com qualidade de vida e sustentabilidade económica, social e ambiental, serão opções incontornáveis no caminho do futuro de Évora.

Esse caminho consistente e de consolidação gradual pressupõe instrumentos tecnicamente credíveis e politicamente legitimados que suportem as intervenções de médio e longo prazo para fortalecer e qualificar os argumentos competitivos da Cidade: bem-vindo seja o exercício de planeamento estratégico que em breve se iniciará.

- Vereadores do PSD na CML/ Évora

Notícias de Lagos

## CPS do PSD pede esclarecimentos sobre o «projecto Erikson»

A Concelhia do PSD de Lagos pediu, com carácter de urgência, um encontro com responsáveis imobiliários pelo centro internacional de estágios desportivos, conhecido por 'projecto Erikson', obra prevista para a cidade algarvia de Lagos.

Em declarações à Lusa, o presidente da Câmara de Lagos, Júlio Barroso, garantia na segunda-feira que o grupo imobiliário liderado pelo ex-treinador do Benfica, Sven-Goran Erikson, havia reiterado vontade em construir o centro internacional de estágios desportivos naquele concelho algarvio.

"Ainda hoje [segunda-feira] fui contactado pelo promotor do empreendimento que me perguntou se queria que fizesse um desmentido das notícias que apareceram na comunicação social", revelou à Lusa Júlio Barroso.

O Semanário Económico avançou

na sua última edição que Sven-Goran Erikson tinha desistido do projecto em Lagos e optado por outra localização que poderia passar por Espanha.

O presidente da Concelhia do PSD de Lagos, Nuno Marques, pediu hoje, em comunicado de imprensa, uma reunião "de carácter urgente" da comissão de economia e turismo da Assembleia Municipal de Lagos, com a presença de um representante do grupo promotor do 'projecto Erikson', declarado pelo Governo Projecto de Interesse Nacional (PIN).

A reunião tem o objectivo de esclarecer as notícias que dão o projecto turístico e desportivo do centro internacional de estágios como perdido para Lagos e ganho por Espanha", diz o PSD/Lagos.

"Os sociais-democratas querem saber se o promotor, que obteve o reconhecimento da autarquia e a

classificação PIN do Governo sempre vai, ou não, levar o projecto para Espanha", lê-se no documento enviado à comunicação social.

O PSD de Lagos pretende ainda saber quais as "razões que obstaram a que o mesmo projecto não tivesse sido formalizado, entregue na Câmara e devidamente licenciado com vista ao lançamento das obras já em 2008".

Nuno Marques considera-se "estupefacto" com a forma "atabalhoada" e "incomodada" com que o executivo socialista reagiu ao caso e acusa o PS de que tal é "prova de que falou de mais quando em 2005, afirmava que o projecto estava 100 por cento garantido, usando e abusando desse facto como trunfo eleitoral".

O presidente da concelhia vai mais longe e critica o facto de "ser espantoso e caricato que o Governo classifique de PIN, projectos que não dão todas as

garantias de virem a ser realizados".

Júlio Barroso, por seu turno, assegura que a autarquia "irá fazer tudo para que o projecto se concretize", e disse acreditar "que as partes possam chegar a um acordo em breve".

O investimento orçado em cerca de 50 milhões de euros prevê a construção de um complexo turístico-desportivo na zona da Corte do Bispo, freguesia de Bensafim, composto por três hotéis, um mini estádio com capacidade para cerca de oito mil espectadores, seis campos de futebol de apoio, um SPA (local de lazer e massagens), campo de golfe, uma zona residencial, 'courts' de ténis e um centro hípico.

O grupo promotor, que tem como um dos principais accionistas o sueco Sven-Goran Erikson, aponta 2010 como o prazo para a conclusão parcial do projecto, devendo a construção iniciar-se em 2008. - Fonte: Lusa

# Os vereadores do PSD e as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Ovar para 2008

Os documentos que consubstanciam as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2008 enfermam nos mesmos vícios, nos mesmos erros, nos mesmos pressupostos ilusórios e irrealistas dos mandatos anteriores.

Embora não nos tenham sido disponibilizados os mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa, assim como, o mapa da Execução Anual das Grandes Opções do Plano (GOP's), socorremo-nos da informação municipal de Setembro de 2007 que, não sendo a mais actual, é suficiente para proceder a uma análise rigorosa e verdadeira por parte dos vereadores do PSD.

Assim sendo, e em primeiro lugar, a proposta de orçamento assenta mais uma vez num cenário completamente irrealista, sem possibilidade alguma de ser concretizada. Isto porque, um orçamento que apresenta uma receita total de 44.224.495 E, dos quais 26.694.332 E de receita corrente e 17.530.163 E de receita de capital, é insistir na ilusão.

É um cenário completamente virtual.

Se até ao final de Agosto de 2007 (ou seja, com 2/3 do ano já decorridos), o executivo municipal só tinha conseguido arrecadar 18,6 milhões de euros, dos quais 13,6 milhões de receitas correntes e 2,9 milhões de euros de receitas de capital, como é que agora pretende arrecadar

mais do dobro da receita para 2008?

Por isso, este orçamento não é sério. É completamente falso e irrealista.

A título de exemplo, refira-se que o empolamento das receitas continuar a verificar-se na rubrica "Venda de Bens de Investimento", em particular, com a "Venda de Terrenos". O orçamento para 2008 prevê um montante de 6.777.605 E de encaixe financeiro com a venda de terrenos, aliás, um valor muito semelhante ao previsto para este ano de 2007, mas, a verdade é que, até ao passado mês de Setembro, o executivo municipal só tinha conseguido arrecadar uns míseros 8% desse valor.

Claro está que depois do empolamento desmesurado das receitas, a execução das GOP's fica obviamente prejudicada pela reduzida capacidade para o investimento por parte da autarquia.

Mesmo assim, pasme-se, a proposta de GOP's para 2008 que nos é apresentada prevê um montante de 30.219.000 E.

Ora, nada mais surrealista e lunático, se atendermos a que, no ano passado de 2007, as GOP's previam um montante financeiro de 29,8 milhões de euros e, até Agosto de 2007 (ou seja, com 2/3 do ano decorridos) só foram executadas 8,4 milhões de euros, isto é, com uma baixíssima taxa de execução de 28,3%, de acordo com o mapa de execução das GOP's

constante da informação municipal nº 4 de Setembro último.

De facto, a análise ao Orçamento e às GOP's para 2008, só nos permite concluir que se trata de uma farsa e de uma fraude política.

Estes documentos não são verdadeiros e só enganam quem se quer enganar.

A verdade é que continuamos a assistir ao FAZ DE CONTA.

FAZ DE CONTA que, em 2008, é que vai ser. O executivo socialista vai fazer tudo:

§ FAZ DE CONTA que o executivo socialista vai fazer a rede de Saneamento em falta em metade do Concelho de Ovar;

§ FAZ DE CONTA que o executivo socialista vai reparar e beneficiar as principais ruas no centro da cidade de Ovar que continuam num estado de profunda degradação, assim como e de uma forma generalizada, uma grande parte da rede viária por todo o concelho de Ovar;

§ FAZ DE CONTA que o executivo socialista vai avançar com a construção do Parque Urbano do Cáster, contando com 1,7 milhões de euros de financiamento "supostamente" assegurado;

§ FAZ DE CONTA que o executivo socialista vai realizar as tão necessárias obras de requalificação e de valorização das praias de Esmoriz, Cortegaça e Furdouro;

§ FAZ DE CONTA que o

executivo socialista vai proceder à imediata beneficiação e valorização da Zona Industrial de Ovar, enquanto espaço privilegiado para atracção de investimento empresarial;

§ FAZ DE CONTA que o executivo socialista vai concretizar a Aldeia do Carnaval, tão prometida em campanha eleitoral;

§ FAZ DE CONTA que o executivo socialista vai finalmente proceder às obras de beneficiação e reabertura ao público da Casa Museu Júlio Dinis, que está lamentavelmente fechada há vários anos;

§ FAZ DE CONTA que o executivo socialista vai avançar com a construção do Bairro Piscatório de Esmoriz, depois de mais de uma década de promessas e expectativas;

§ FAZ DE CONTA que o executivo socialista vai criar e/ou valorização do Parque do Buçaquinho (Esmoriz/Cortegaça), a zona envolvente da Fonte do Estanislau (Arada/Maceda) e o Parque da Senhora de Entre-Águas (Válega);

§ FAZ DE CONTA que o executivo socialista vai resolver o eterno problema da falta de estacionamento que continua a ser uma dor de cabeça para centenas de pessoas que se deslocam ao centro da cidade de Ovar para os seus empregos ou para as mais diversas actividades diárias;

§ FAZ DE CONTA que o executivo socialista vai avançar com a valorização de toda a zona envolvente da Estação de Caminho-de-Ferro de Ovar, que actualmente se encontra numa situação de profunda degradação urbanística, sendo acolhedora de todo o tipo de marginalidade e insegurança;

§ FAZ DE CONTA que o executivo socialista vai proceder à recuperação das Fontes de Ovar, que se encontram num estado de profundo abandono e deterioração.

Por outro lado, o Concelho de Ovar está a sofrer o maior ataque de um governo central, de que há memória desde o 25 de Abril de 1974. O actual governo socialista é o governo mais centralista e discriminatório do regime democrático português.

Nunca como agora o concelho de Ovar foi vítima de uma política governamental que ataca violentamente os direitos, as garantias e as conquistas que legitimamente foram conseguidas ao longo de várias décadas:

- O serviço de internamento de





pediatria do Hospital de Ovar encerrou no início deste ano;

- O serviço de Urgência do Hospital de Ovar vai encerrar na próxima sexta-feira;

- A repartição de Finanças de Esmoriz encerrou por despacho do governo socialista, prejudicando milhares de pessoas;

- A extensão de saúde de S. João de Ovar está parada por falta de pagamentos do Governo Central, com o silêncio e a passividade da Câmara Municipal de Ovar;

- A Passagem Superior sobre a linha de caminho-de-ferro, a Norte da zona industrial de Ovar, em Arada, continua parada e a apodrecer;

- É já certo de que os protocolos assinados, ainda no ano passado, entre a Câmara Municipal de Ovar e a REFER para a construção de quatro passagens desniveladas não serão concluídas até ao final do corrente ano de 2007, tal como estava previsto e foi acordado;

- O governo socialista tem planos para introduzir portagens na A29, ao arrepio do que tinha prometido nas últimas eleições legislativas;

- O novo mapa judiciário está em fase final de preparação e prevê a extinção da Comarca de Ovar;

- A Ria de Ovar está abandonada e entregue à sua sorte, sendo hoje mais conhecida por “terra de ninguém”.

- É público e lamentável o abandono governamental da Barrinha de Esmoriz, agora à mercê dos esgotos de outros concelhos.

Em síntese, este é o “estado na nação vareira”. E enquanto isso, as oportunidades para inverter estas situações são completamente desperdiçadas como o comprova o Orçamento e as GOP's para 2008.

Por tudo isto, os Vereadores do PSD votam contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Ovar, para o ano de 2008.  
- **Álvaro Santos, Costa e Silva, Acácio Coelho.**

### Um dia de luto para Ovar: Serviço de Urgência do Hospital encerra definitivamente as portas

Na passada sexta-feira, dia 14 de Dezembro, o Serviço de Urgência do Hospital de Ovar encerrou definitivamente as suas portas.

Em sua substituição, funcionará um serviço de consulta não-programada, a funcionar sob a responsabilidade do Centro de Saúde, entre as 8h e as 24h. O “novo serviço” (na realidade, corresponde a um serviço transferido do Centro de Saúde para o Hospital) contará com uma ambulância do INEM para transportar os doentes para o Hospital de São Sebastião, acompanhados por equipas especializadas de profissionais.

Na prática, trata-se de um rude golpe nos legítimos direitos da nossa população no acesso aos cuidados de



saúde e no acesso, principalmente dos mais desfavorecidos, ao Serviço Nacional de Saúde.

A partir de agora, a população de Ovar vai passar a ter horas para estar doente e para ser socorrida em casos de urgência ou emergência médica grave.

Este é o triste corolário de uma longa história que termina da pior forma para os interesses e expectativas da população da nossa terra.

E tudo isto com o apoio e a concordância de uma Câmara socialista que, na hora da verdade, prefere colocar em primeiro lugar os emblemas partidários em detrimento das causas e dos valores da nossa Terra.

Oito anos depois de um governo socialista ter encerrado o Maternidade do Hospital de Ovar, outro governo socialista dispara um rude golpe, quicá fatal, num bom serviço público que funcionava em Ovar.

Tudo começou em Outubro do ano passado, com a discussão pública do relatório da comissão técnica para a requalificação das urgências.

Um relatório que foi bastante contestado por diversos sectores da sociedade, principalmente, por apresentar uma clara dualidade de critérios.

Os critérios que justificaram o encerramento do serviço de urgência do Hospital de Ovar foram os mesmos que sustentaram a manutenção do serviço de urgência do Hospital de Oliveira de Azeméis.

Muitos e variados argumentos foram esgrimidos para tentar assegurar o serviço de urgência no Hospital de Ovar.

Uma população residente superior a 55 mil pessoas. A população sazonal que ultrapassa as dezenas de milhares de pessoas que nos visitam no Verão e nos fins-de-semana. O tecido industrial constituído por centenas de empresas. A base aérea da Nato. Uma extensa faixa costeira que se prolonga por cerca de 40 km, desde Esmoriz até S. Jacinto.

Os cerca de 40 km de vias estruturantes (A1 e A29) que são percorridos, diariamente, por milhares de veículos ligeiros e pesados de mercadorias, alguns dos quais com materiais perigosos.

Por outro lado, o serviço de urgência era uma valência de vital importância para o Hospital de Ovar. Era a “porta de entrada” de muitos doentes num Hospital com qualidade certificada e reconhecida por entidades especializadas e idóneas.

Mas, porventura, o mais importante é que a população confiava nos serviços de saúde prestados no Hospital de Ovar. Isto porque era um serviço público de inquestionável qualidade.

Sempre existiu um grande consenso político e social em torno desta causa. Todas as forças políticas defenderam a manutenção deste serviço. A Assembleia Municipal aprovou uma moção conjunta. Os órgãos administrativos e consultivos, assim como, a Liga dos Amigos do Hospital de Ovar trabalharam incansavelmente para que não fosse encerrada esta valência.

Em suma, a nossa comunidade esteve empenhada em contrariar o parecer da Comissão Técnica. Prova disso, foi a vigília que se realizou no dia 25 de Janeiro deste ano, em frente ao Hospital de Ovar, e que mobilizou centenas de pessoas.

O Ministério da Saúde foi “cego, surdo e mudo” a todos os argumentos e manifestações claras da vontade do nosso povo.

O PSD de Ovar NUNCA se conformou com esta situação e SEMPRE lutou para que este dia nunca chegasse.

No dia 21 de Setembro de 2006, todos os autarcas do PSD da Câmara e Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesia de todo o concelho de Ovar, decidiram manifestar, publicamente, a sua posição de inconformismo com o

possível encerramento do Serviço de Urgência do Hospital de Ovar e fizeram tudo o que estava ao seu alcance para assegurar a manutenção deste serviço público que, mais do que um direito das populações, é um dever do Estado assegurar condições mínimas e proximidade a um serviço de saúde fundamental para garantir o bem-estar e qualidade de vida às populações, principalmente, aquelas que têm maiores necessidades e maiores dificuldades de deslocação.

Na altura, o PSD de Ovar lançou uma campanha de sensibilização da população sob o lema “EU ACREDITO na manutenção da urgência” que teve várias acções de rua e contacto com a população, culminando em várias iniciativas na Assembleia da República, através dos Deputados eleitos pelo PSD do distrito de Aveiro.

Nós acreditamos e lutamos até ao último momento.

Por tudo isto,

O PSD de Ovar e todos os seus autarcas repudiam O ENCERRAMENTO DO SERVIÇO DE URGÊNCIA DO HOSPITAL DE OVAR;

O PSD de Ovar e todos os seus autarcas condenam veementemente a atitude de completa submissão e subserviência do executivo socialista da Câmara Municipal de Ovar relativamente ao governo do seu próprio partido.

E, como manifestação do nosso protesto e da nossa profunda insatisfação, os autarcas eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal de Ovar vão manifestar o seu protesto contra o encerramento do Serviço de Urgência do Hospital de Ovar, na sessão de trabalho que decorre hoje no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

- **CPS/PSD-Ovar, Autarcas do PSD de Ovar na Câmara, Assembleia Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesia**

# Membros da comissão política regional com responsabilidades sectoriais

O líder do PSD/Açores anunciou hoje a distribuição de responsabilidades sectoriais pelos membros da comissão política regional, o que vai permitir “multiplicar os emissores” das posições do partido e apresentar à sociedade a “mensagem alternativa” dos social-democratas.

“Estas pessoas assumirão posições em nome do PSD nas respectivas áreas. Mas esta não será a organização do governo do PSD, nem se queira ver nas pessoas que passam a assumir estas funções futuros membros do governo do PSD”, afirmou Costa Neves, em declarações aos jornalistas, à margem da primeira reunião da comissão política regional feita após o congresso.

A coordenação do trabalho dos elementos com responsabilidades sectoriais será efectuada pelo presidente do partido e pela vice-presidente Berta Cabral.

O líder social-democrata anunciou também a realização de uma convenção autárquica, “que será feita ilha a ilha”, e da convenção “Vida Nova”, que decorrerão no primeiro semestre de 2008.

Além disso, Costa Neves revelou que, ao longo do próximo ano, irá levar a cabo a “gradual apresentação de 50 medidas para desenvolver os Açores”.

“Agora é tempo de virar para a rua, ir ao encontro dos açorianos e explicá-los porque é que sou alternativa, o que vou mudar, porquê, com quem e, sobretudo, como vou mudar”, afirmou.

O presidente do PSD/Açores denunciou também a existência de “um clima de medo” na Região, assegurando a existência de “ameaças, que passam de veladas a autêntica atemorização”, feitas a pessoas contactadas pelo próprio presidente do governo regional, Carlos César, para integrarem a comissão de honra de apoio à sua recandidatura.

“É indecente, os governos ou os presidentes de partidos não existem para atemorizar os cidadãos”, considerou.

O líder social-democrata classificou, ainda, como “abusiva” a utilização dos símbolos da Região em propaganda distribuída recentemente pelo PS.

## Acesso ao complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos

O PSD/Açores propôs que o acesso ao complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos, cuja criação está a ser discutida pelo parlamento, seja alargado a todos os

reformados e pensionistas, independentemente da idade, e a cidadãos deficientes.

“É claramente injusto que um pensionista com 65 anos venha a beneficiar desse apoio e um com 60 anos, que até tem uma pensão inferior à do primeiro, não beneficie. Para corrigir essa injustiça é que o PSD apresentou uma proposta de alteração, no sentido de alargar este benefício a todos os reformados e pensionistas, independentemente da idade”, afirmou Clélio Meneses, líder parlamentar do PSD/Açores, à margem dos trabalhos da comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa dos Açores.

Segundo o responsável da bancada social-democrata, “está em causa uma questão de justiça social e, sobretudo, corrigir a incapacidade financeira de algumas pessoas”.

Por outro lado, acrescentou, “é importante chegar àquelas outras pessoas que, não estando nesta situação, não têm capacidade para fazer face às despesas com medicamentos, como são os deficientes”.

“Um cidadão deficiente, que tenha como rendimento um montante inferior à retribuição mínima mensal garantida na Região, também deve beneficiar deste apoio”, considerou.

A maioria socialista votou contra esta proposta de alteração apresentada pelo grupo parlamentar do PSD/Açores.

## Gestão da câmara de Vila do Porto é “autêntico desastre”

O PSD de Santa Maria classificou como um “autêntico desastre” os últimos dois anos de actividade da câmara de Vila do Porto, dado que a autarquia “realiza menos obra do que qualquer junta de freguesia” e “não tem um líder que defenda os interesses de Santa Maria”.

“O balanço deste mandato é um autêntico desastre. A câmara municipal de Vila do Porto, não tem um líder que defenda os interesses de Santa Maria, não tem projectos para o desenvolvimento da ilha, não gasta os recursos públicos com critério e com oportunidade. A câmara municipal, com mais meios financeiros do que qualquer outra autarquia da ilha, realiza menos obra do que qualquer junta de freguesia”, afirmou Aida Santos, presidente da comissão política de ilha do PSD, em conferência de imprensa.

Num balanço dos últimos dois anos de actividade da autarquia socialista, a dirigente social-democrata



salientou que a câmara de Vila do Porto “é quase um ‘case study’ nos fóruns regionais”, dado que a presidente da edilidade “nunca tem uma opinião sobre nada, nunca faz uma reivindicação e a sua posição resume-se a concordar com a opinião dos outros participantes”.

Aida Santos considerou que a câmara municipal “foi preguiçosa” perante o novo Quadro Comunitário de Apoio, pois “não fez o trabalho de casa e não existem projectos de qualidade e integrados”.

“Temos um plano de intenções feito à pressa e fora do tempo”, afirmou.

A presidente da comissão política de ilha do PSD referiu igualmente que os empresários “não arriscam novos investimentos porque a câmara não sabe o que pretende para o desenvolvimento de Santa Maria”.

Aida Santos acrescentou que a autarquia socialista “tem reduzido, todos os anos, os apoios” às associações culturais e desportivas, “conseguiu o grande feito de, em apenas em dois anos, desclassificar duas zonas de veraneio” da ilha e “não se preocupa com os mais desfavorecidos, que lutam no dia a dia para sobreviverem”.

O PSD de Santa Maria classificou hoje como um “autêntico desastre” os últimos dois de actividade da câmara de Vila do Porto, dado que a autarquia “realiza menos obra do que qualquer junta de freguesia” e “não tem um líder que defenda os interesses de Santa Maria”.

“O balanço deste mandato é um autêntico desastre. A câmara municipal de Vila do Porto, não tem um líder que defenda os interesses de Santa Maria, não tem projectos para o desenvolvimento da ilha, não gasta os

recursos públicos com critério e com oportunidade. A câmara municipal, com mais meios financeiros do que qualquer outra autarquia da ilha, realiza menos obra do que qualquer junta de freguesia”, afirmou Aida Santos, presidente da comissão política de ilha do PSD, em conferência de imprensa.

Num balanço dos últimos dois anos de actividade da autarquia socialista, a dirigente social-democrata salientou que a câmara de Vila do Porto “é quase um ‘case study’ nos fóruns regionais”, dado que a presidente da edilidade “nunca tem uma opinião sobre nada, nunca faz uma reivindicação e a sua posição resume-se a concordar com a opinião dos outros participantes”.

Aida Santos considerou que a câmara municipal “foi preguiçosa” perante o novo Quadro Comunitário de Apoio, pois “não fez o trabalho de casa e não existem projectos de qualidade e integrados”.

“Temos um plano de intenções feito à pressa e fora do tempo”, afirmou.

A presidente da comissão política de ilha do PSD referiu igualmente que os empresários “não arriscam novos investimentos porque a câmara não sabe o que pretende para o desenvolvimento de Santa Maria”.

Aida Santos acrescentou que a autarquia socialista “tem reduzido, todos os anos, os apoios” às associações culturais e desportivas, “conseguiu o grande feito de, em apenas em dois anos, desclassificar duas zonas de veraneio” da ilha e “não se preocupa com os mais desfavorecidos, que lutam no dia a dia para sobreviverem”.

– Gab. Imp. PSD/Açores

Notícias da Madeira

# Alterações aos estatutos do PSD-Madeira deixarão em 2011, um partido “unido, credível e vitorioso”

O conselho regional do PSD/M reuniu-se para aprovar as alterações aos estatutos do partido, que segundo o líder madeirense Alberto João Jardim visam “deixar em 2011 um partido unido, credível e vitorioso”.

Jardim já negou as notícias que davam conta da existência de um “mal-estar” interno em torno desta proposta de alteração que prevê, entre outros aspectos, a redução dos elementos da comissão política para 30 elementos (eleitos e por inerência).

Deixam de existir os vice-presidentes, passando a integrar a comissão política um presidente, 24 vogais (todos com a mesma importância), além de

do princípio da Unidade Diferenciada como valor fundamental são outros pontos que constam da proposta.

Os actuais estatutos do PSD/Madeira foram aprovados em 2000.

Na comunicação inicial aos Conselheiros, Alberto João fez uma comunicação na qual afirmou que o objectivo desta iniciativa é deixar em 2011 um partido “unido, credível e vitorioso”.

No final da reunião, o Conselho Regional acusou o Governo da República de estar a “roubar” a Madeira por esta não ser socialista e pediu a Cavaco Silva que reponha a “normalidade institucional”.



representantes das estruturas partidárias (como a JSD e TSD).

Este órgão passa a ter também um representante por inerência do grupo parlamentar que será eleito pelos deputados e o secretariado do partido, liderado por Jaime Ramos, deixa de ter direito a voto nas decisões da comissão política.

A criação do representante do grupo parlamentar é apontado como forma do PSD/M contornar aspectos relacionados com as “críticas” do Tribunal Contas em relação às verbas transferidas pela Assembleia Legislativa para os diferentes grupos parlamentares.

Uma vez que os montantes a transferir passam a ser receitas do partido e o seu controle é da responsabilidade da Entidade de Contas do Tribunal Constitucional

A extinção do cargo de secretário-geral adjunto, a eliminação das referências aos estatutos nacionais do PSD e à unidade de Estado, a integração

O “roubo”, segundo os sociais-democratas madeirenses, é consumado através da Lei das Finanças Regionais (LFR) e do Orçamento de Estado (OE) cujas contas, já detalhadamente enumeradas em artigo de opinião de Alberto João Jardim, apontam para uma redução global na ordem dos 150 milhões de euros.

O Conselho Regional aprovou também, e por unanimidade, os novos Estatutos do PSD-M que entrarão em vigor após o Congresso Regional de 05 e 06 de Abril próximo, marcados pela extinção das vice-presidências e pela constituição de um Secretariado sem direito a voto na Comissão Política Regional.

“No caso da Região Autónoma da Madeira, de novo a parcela propositadamente mais lesada no Orçamento de Estado para 2008, agrava-se o roubo e a discriminação negativa sobre o povo madeirense”, diz o comunicado final do Conselho Regional

do PSD-M a propósito do OE.

“Está, assim -continua - mais do que provada a instrumentalização partidária do Estado pelo PS, numa intensidade sem precedentes no regime constitucional de 1976, o que obriga o Presidente da República, nos termos constitucionais, a repor a normalidade do funcionamento das instituições democráticas”.

O documento prossegue dizendo que a “agravar o anormal funcionamento das instituições democráticas da República Portuguesa, estamos perante jurisprudência constitucional que distorce a recente revisão de 2004 e ignora o Estatuto Político-Administrativo da Madeira, à feição da vergonhosa política dos socialistas”.

Para os sociais-democratas madeirenses “a situação a que Portugal chegou, incluso principalmente na economia e emprego, bem, como no tocante aos direitos e deveres de quem trabalha, obriga o PSD nacional a não pactuar minimamente com o governo socialista, no que quer que seja”.

O PSD-M considera ainda ser necessário “desmontar o teatro organizado com a Presidência Portuguesa da União Europeia - quando o Governo português se limitou a passar a limpo o mandato detalhado e concreto a que estava vinculado para reescrever o Tratado”.

O PSD-M faz notar que o Tratado “é sobretudo o de uma “Europa dos Estados” e menos uma “Europa das Regiões” ou uma “Europa dos Cidadãos”, marcado por importantes perdas de soberania portuguesa”.

O PSD-M critica também a forma como decorreu a Cimeira Euro-África que “não teve coragem de ir aos

problemas essenciais que se prendem com os direitos Humanos, antes, indiscriminadamente, facultando dinheiros dos contribuintes europeus sem a assegurada contrapartida em termos de respeito pela pessoa humana”.

Condena igualmente o Governo da República de manter a mesma política relativamente ao regime comunista chinês.

O Conselho Regional manifestou solidariedade com os novos dirigentes nacionais do PSD; subscreveu o voto contrário dos deputados do PSD ao Orçamento de Estado mas congratulou-se com o Orçamento Regional, anunciou que a partir do próximo Congresso Regional o PSD-M começará a preparar a revisão constitucional de 2009 na qual pretende ver consagrado o princípio da unidade diferenciada.

“A discussão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores na Assembleia da República será acompanhada atentamente até para conclusões sobre a extensão de novos e mesmos direitos à Madeira”, salienta o documento

O Conselho Regional aprovou a revisão dos Estatutos do PSD-M, marcou o seu Congresso Regional para os dias 05 e 06 de Abril de 2008 e aprovou o seu Regulamento bem como o Regulamento para a eleição prévia, por voto secreto e individual dos seus militantes, da Comissão Política Regional e do Secretariado Regional.

Texto final do Comunicado do Conselho Regional

1. Sendo o primeiro Conselho Regional após o Congresso Nacional que empossou os novos dirigentes nacionais

do Partido Social Democrata, o PSD/Madeira exprime-lhes a sua solidariedade, convicto de que prosseguirá a comunhão de Ideais nacionais e autonómicos, aliás evidenciada na recente discussão do Orçamento de Estado.

2. Porque o Orçamento de Estado também influenciará decisivamente a conjuntura madeirense, o Conselho Regional subscreeve o voto contrário dos Deputados do PSD, dado que se trata de uma lei orçamental que agravará ainda mais a precária situação do País e a vida de todos os Portugueses, bem como a sobrevivência das pequenas e médias Empresas.

O Governo socialista insiste erradamente na subserviência a critérios orçamentalistas impostos do estrangeiro. Em vez de as políticas financeira e fiscal estarem estrategicamente ao serviço da Economia, esta tornou-se desastrosamente uma mera consequência daquelas.

A redução do investimento e do consumo vem acabando por propiciar ainda menos receitas fiscais. Pelo que os socialistas entraram no círculo vicioso e viciado de, face a tal diminuição de receitas, continuar a aumentar os impostos de forma insuportável, atingindo inadmissivelmente as classes mais desfavorecidas, na medida em que o Governo Sócrates se revela incompetente para diminuir o peso do Estado e as suas despesas irreprodutivas.

3. No caso da Região Autónoma da Madeira, de novo a parcela nacional propositadamente mais lesada no Orçamento de Estado para 2008, agrava-se o roubo e a discriminação negativa sobre o Povo Madeirense. Está assim mais do que provada a instrumentalização partidária do Estado pelo Partido Socialista, numa intensidade sem precedentes no regime constitucional de 1976, o que obriga o Presidente da República, nos termos constitucionais, a repor a normalidade do funcionamento das Instituições Democráticas.

O sectarismo e a obsessão dos socialistas com a Madeira, são de tal ordem que nem aceitam as propostas que não envolvem encargos para o Estado!

4. A agravar o anormal funcionamento das Instituições Democráticas da República Portuguesa, estamos perante jurisprudência constitucional que distorce a recente revisão de 2004 e ignora o Estatuto Político-Administrativo da Madeira, à feição da vergonhosa política dos socialistas.

5. Para além disto, ninguém se deixa enganar pela encenação montada na Madeira pelo partido socialista. Fingiu discordância com a posição dos seus Deputados, quando o objectivo é sempre o de lesar o Povo Madeirense, subordinando Este aos seus intuítos de terra-queimada. Objectivos traduzidos por uma estratégia de, através de insinuações covardes, não concretas, nem provadas, desprestigiar a Autonomia Política e as nossas Instituições Democráticas, bem como as

Empresas, Os que Nelas trabalham e os Empresários.

A ninguém passou despercebido que as propostas dos socialistas locais para o Orçamento de Estado, não visavam repor a Justiça para com o Povo Madeirense, mas antes apenas reforçar o aparelho da República neste território.

6. Sendo o PSD da Madeira, através das posições que sempre tomou sobre o sistema político-constitucional português, insuspeito de qualquer visão corporativa, no entanto não pode deixar de se solidarizar com todas as Profissões, nomeadamente públicas, que estão a ser objecto de um ataque demagógico e injusto do Governo de Sócrates. Este julgando, assim, poder captar votos através da mobilização da sua propaganda na Opinião Pública contra Profissionais que dignamente servem o País.

7. A situação a que Portugal chegou, incluso principalmente na Economia e no Emprego, bem como no tocante aos Direitos e Deveres de Quem trabalha, obriga o PSD nacional a não pactuar minimamente com o Governo socialista, no que quer que seja.

E, face a um sistema político-constitucional esgotado em termos de Interesse Nacional, a mobilizar firmemente os Cidadãos e as Instituições de Portugal para uma mudança de fundo no presente estado de coisas.

Sobretudo, a desmontar o teatro organizado com a presidência portuguesa da União Europeia – a última!... – quando o Governo português se limitou a passar a limpo, o mandato detalhado e concreto a que estava vinculado para reescrever o Tratado.

8. Acresce que este Tratado é sobretudo o de uma “Europa dos Estados” e menos uma “Europa das Regiões” ou uma “Europa dos Cidadãos”, marcado por importantes perdas de soberania portuguesa. Bem como a pretextada cimeira com os Estados africanos, não teve a coragem de ir aos problemas essenciais que se prendem com os Direitos Humanos, antes, indiscriminadamente, facultando dinheiros dos contribuintes europeus sem a assegurada contrapartida em termos de respeito pela Pessoa Humana. O mesmo se passa nas relações com o regime comunista chinês.

De resto, o Povo português já não se deixa enganar com a assinatura de “protocolos” e de outros papéis, encenação que não passa do domínio das intenções.

9. No entanto, e ainda no plano internacional, o PSD da Madeira não pode deixar de se congratular com a forma democrática como decorreram as eleições na Venezuela, na Esperança convicta de que a vontade soberana do Povo Venezuelano será respeitada.

10. A partir do próximo Congresso Regional da Madeira do Partido Social-Democrata, este começará a elaborar a sua proposta para a revisão constitucional após as eleições nacionais de 2009. Independentemente do resultado destas, na medida em que se tratará de documento participado pela



sociedade civil e submetido à aprovação da Assembleia Legislativa da Madeira, legítima representante democrática da vontade do Povo Madeirense.

A Região Autónoma, num momento em que o Estado português já não pode responder às suas necessidades de mais Desenvolvimento Integral, carece de ver consagrado, no seio da Unidade Nacional, o Princípio da Unidade Diferenciada, absolutamente necessário ao nosso futuro, pelo que será inadmissível cortar as pernas ao Povo Madeirense.

Entretanto, continuará a se proceder à inovação legislativa, ainda que cerceada pela actual Constituição e pela sua leitura jurisprudencial inívia, bem como a do Estatuto Político-Administrativo.

A discussão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores na Assembleia da República, será acompanhada atentamente, até para conclusões sobre a extensão de novos e mesmos Direitos à Madeira. Mas o objectivo principal dos autonomistas sociais-democratas madeirenses, é a revisão constitucional.

11. O Conselho Regional da Madeira do Partido Social-Democrata congratula-se com a aprovação do Plano e Orçamento da Região Autónoma para 2008.

Reafirma a sua certeza de que o Governo Regional o desenvolverá rigorosamente, sem pactuar com as propostas pontuais e demagógicas de quem cumplicia os roubos à Madeira, mas depois exige mais despesas irreprodutíveis e exige mais “asfalto” e “cimento” depois de contra estes perorar. A todos é claro que tais comportamentos visam sabotar a execução do Programa de Governo, retirando-lhe os parcos meios financeiros imprescindíveis à execução que o Povo Madeirense democraticamente determinou.

12. O Conselho Regional aprovou a revisão dos Estatutos do Partido Social-Democrata da Madeira, marcou o seu Congresso Regional para os dias 5 e 6 de Abril de 2008, e aprovou o seu Regulamento, bem como o regulamento para a eleição prévia, por voto secreto e individual dos seus Militantes, da Comissão Política Regional e do Secretariado Regional.

13. O Partido Social-Democrata da Madeira deseja a todos os Portugueses, nomeadamente os Madeirense espalhados pelo mundo e todos os Residentes neste território autónomo, um Bom Natal e um Ano Novo melhor apesar das actuais circunstâncias para que Portugal foi arrastado. - **Funchal, 15 de Dezembro de 2007, O Conselho Regional da Madeira do Partido Social-Democrata**

### Aprovado Plano e Orçamento da Madeira para 2008

As propostas de Plano e Orçamento da Madeira para 2008 foram aprovadas, na generalidade, os votos da maioria do PSD, abstenção do PS, CDS/PP e MPT e contra dos deputados do PND, BE, PCP.

Jaime Ramos criticou a “descarada política de roubo de Lisboa que usurpou direitos que pertenciam aos madeirenses”, as “patifarias e vingança política” e as políticas “penalizadoras” do Governo da República para com a Madeira em sede de Orçamento de Estado.

O dirigente social-democrata madeirense também não poupou a oposição política insular, acusando-a de “incompetente, arrogante, desacreditada, doentia, sem orientação, absurda e patética”, adiantando que “não apresentou nenhuma proposta válida”.

Destacou, entre outros aspectos que o OR para 2008 canaliza 60 por cento das verbas do investimento para as áreas sociais, “dentro dos conditionalismos existentes”, defendendo o integral aproveitamento de fundos comunitários.

“A oposição critica a política de cimento e betão mas passa todo o tempo a reclamar obras”, disse, referindo estar em fase de conclusão obras programadas que eram consideradas “indispensáveis para o desenvolvimento regional”.

“A Madeira continuará a sua política expansionista”, garantiu.

O Governo Regional apresentou um Orçamento e Plano para 2008 apresentado no valor de 1500 milhões de euros, sendo o primeiro a ser votado depois das eleições legislativas regionais antecipadas de 06 de Maio. - **PSD/Madeira**

Uma aposta dos “laranjinhas” de Viseu

## JSD de Viseu, organiza Acção de Formação Política, em São Pedro do Sul

A JSD é uma organização política de juventude que tem como base a intervenção política e a fomentação de políticas de juventude. Visa também a formação e a preparação dos seus militantes. Com base nestes princípios, a JSD evidencia-se como uma escola política, preparando os jovens com credibilidade para a realidade política, pois a formação política é um dos principais vectores de actividade da JSD.

Assim, na passada tarde de sábado do dia 1 de Dezembro, a JSD Distrital de Viseu juntamente com as secções de Castro Daire, Oliveira de Frades, São Pedro do Sul e Vouzela, organizaram uma Acção de Formação Política nas Termas de São Pedro do Sul.

Esta acção teve lugar no Auditório do Balneário Rainha Dona Amélia e contou com a presença do Presidente da Comissão Política da Distrital de Viseu, Paulo Almeida e teve como oradores o Secretário-geral da JSD Nacional, João Montenegro, bem como o responsável pelo Gabinete de Formação Política Nacional, Luís

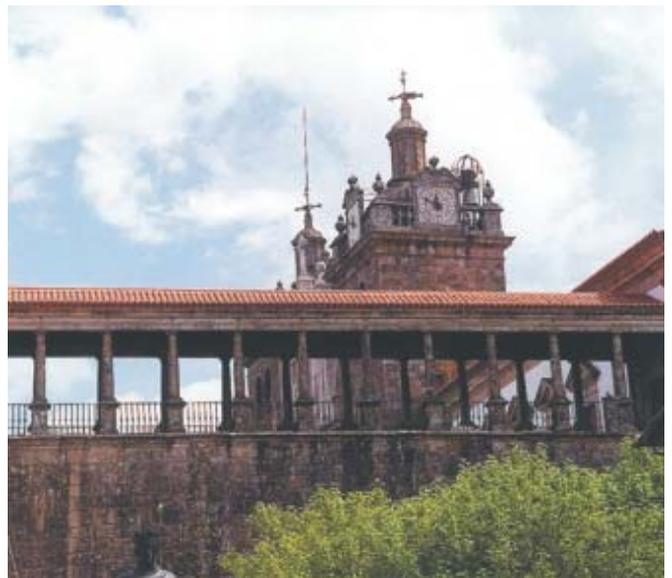
Nazaré.

Após as boas-vindas e agradecimentos do Presidente da Secção da JSD de São Pedro do Sul, Paulo Páscoa, foi dada a palavra aos convidados, que vieram apresentar pela primeira vez o modelo de Formação Política criado pela Comissão Política Nacional da JSD e que vai ser implementado em todas as futuras formações.

Os temas apresentados foram: “A organização interna da JSD”, explicando a estrutura, as competências e funções de cada órgão da JSD e “Formas de intervenção”, nomeadamente, comportamentos, postura, o que se deve, ou não fazer e dizer no âmbito da comunicação.

Estiveram presentes perto de três dezenas de militantes da JSD, vindos dos quatro concelhos, o que se traduziu numa tarde muito enriquecedora com uma excelente interacção entre a plateia e os oradores.

No final, o Secretário-geral da Nacional agradeceu a iniciativa da Comissão Política da JSD Distrital de



Viseu e as condições proporcionadas pela Secção de São Pedro do Sul, evidenciando a importância destas

actividades e deixando a promessa da realização de outras acções de formação no distrito.

Nos Açores

## JSD/Terceira celebra Natal e a recente eleição

A Juventude Social-Democrata da ilha Terceira junto Sábado à noite os seus militantes e simpatizantes para festejar a quadra natalícia. Será no bar “Farol da Baía”, em Angra do Heroísmo, e a partir das 22 horas, que os jovens laranja mantiveram um são convívio, numa época que é, por natureza, de “partilha e de fraternidade”, salienta o líder local Luís Carneiro.

A estrutura de ilha dos jovens social-democratas aproveita a ocasião para celebrar a recente eleição da sua Comissão Política, ocorrida no passado dia 23 de Novembro, podendo assim fazê-lo com “mais gente e num ambiente descontraído”, revela o líder de ilha da JSD.

A JSD realça a intensa actividade dos últimos meses, onde foi possível “ouvir e debater sobre vários assuntos ligados à juventude da nossa terra e para além das nossas ilhas”, acrescentou Luís Carneiro, antevendo um ano de 2008, onde essa actividade será continuada “através de novos projectos e sempre com iniciativas que possam ser um atractivo para os jovens”, concluiu.





## ALENQUER

Ao abrigo dos Estatutos Nacional do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Alenquer, para reunirem em Assembleia de Secção no dia 18 de Janeiro de 2008 (sexta-feira), a partir das 20h30, na Biblioteca Municipal de Alenquer, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas, na Biblioteca Municipal em Alenquer das 20h30 22h30.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, na sua residência em Merceana, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

## BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o plenário de militantes da Secção de Baião, a reunir em sessão ordinária, na Sede do PSD, sita à Rua de Camões, Freguesia de Campelo, no dia 9 de Fevereiro de 2008, das 18h00 às 23h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD Baião, sita em Campelo – Baião.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

## DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes do Distrito de Braga para a Eleição dos Órgãos Distritais a realizar no dia 18 de Janeiro de 2008, entre as 18h00 e as 22h00, em todos os locais de votação abaixo indicados, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais

Mesa da Assembleia Distrital

Comissão Permanente Distrital

Conselho de Jurisdição Distrital

Delegados Assembleia Distrital

Para efeitos de recepção de candidaturas a Sede Distrital estará aberta das 20h00 às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Para efeito de candidaturas de Delegados à Assembleia Distritais as Sedes Concelhias estarão abertas das 20h00 às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

AMARES- Rua Dr. Eduardo Gonçalves, n°2 – 1° Esq  
BARCELOS – Av. Alcaide de Faria, 226 – 1° Dto – Arcozelo  
BRAGA – Rua Santa Margarida, n° 2 A – Sala 9  
CABECEIRAS DE BASTO – Rua José Maria Pacheco  
CELORICO DE BASTO – Praça Albino Alvares Pereira  
ESPOSENDE – Rua 31 de Janeiro, 11  
FAFE – Praça 25 de Abril  
GUIMARÃES – Largo do Toural, 125 -1°  
PÓVOA DE LANHOSO – Rua Comandante Luís Pinto da Silva, n° 1 – 4°  
TERRAS DE BOURO – Av. Padre Martins Capela  
VIEIRA DO MINHO – Av. Barajona Freitas – Edf. Alto Ave  
VILA NOVA DE FAMALICÃO – Rua Adriano Pinto Basto, 212 – 3° sala 14  
VILA VERDE – RUA 1° de Maio, 33 -1°  
VIZELA – Praça da República

## GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar, para reunir no próximo dia 19 de Janeiro de 2008, sábado, na sede, sita na rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n° 31, Gondomar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 14h00 às 19h00.

As listas deverão ser entregues na sede da Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (16 de Janeiro de 2008)

## MONTALEGRE (CPD VILA REAL)

Ao abrigo do disposto no n° 3 do artigo 71° dos Estatutos Nacionais do PSD e no ponto 2 do artigo 15° do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Montalegre, para reunir no dia 26 de Janeiro de 2008 (sábado), a partir das 14h30, na Sede Concelhia do PSD, sita na Praça de França, Edf. Condalton – Montalegre, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas deverão entregues até às 24h00 do terceiro anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede Concelhia aberta para o efeito, naquele dia, entre as 21h30 e as 24h00.

As urnas estarão abertas das 14h30 e às 17h00.

## PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes inscritos na Secção de Ponte de Lima, Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 18 de Janeiro de 2008, das 20h00 às 23h00, na Sede Concelhia, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, em Ponte de Lima, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas. Para a eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção, os militantes candidatar-se-ão através da apresentação das listas, que deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Só poderão votar e ser eleitos os militantes com as quotas em dia, que constem do caderno eleitoral.

## PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção do Porto, para reunir no próximo dia 7 de Janeiro de 2007, pelas 21h30, no Hotel Sheraton, sito à Rua Tenente Valadim, no Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Apresentação das candidaturas à Comissão Política de secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

## SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes do Concelho de Santa Marta de Penaguião para reunirem em Assembleia de Secção, no próximo dia 19 de Janeiro (Sábado), na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua dos Combatentes, n° 2, cuja Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.



Nota: O Período eleitoral decorrerá entre as 17h00 e as 19h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, na sede da Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (16 de Janeiro de 2008).

### SINES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Sines, para reunir 25 de Janeiro de 2008, (Sexta-feira), a partir das 20h00, na sede do PSD Sines, sita na Rua Ferreira, nº 10, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 20h00 e as 23h00.

As listas deverão ser entregues na Sede da Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A Sede estará aberta para o efeito, até às 24h00 do dia 22 de Janeiro.

### VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Vale de Cambra, para reunirem no dia 19 de Janeiro de 2008 (sábado), pelas 15h00, na sede do PSD, sita na Av. Camilo Tavares de Matos, Edifício da Caixa Geral de Depósitos, 1º andar, com a seguinte ordem de trabalhos

Ponto único: Discussão e votação do relatório e contas relativos ao ano de 2007.

### VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da secção de Vale de Cambra, para reunirem, no dia 19 de Janeiro de 2008, sábado, pelas 16h00, na sede do PSD, sita na Av. Camilo Tavares de Matos, Edifício da Caixa Geral de Depósitos, 1º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: as urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 18h00.

As listas candidatas, respeitando os requisitos exigidos pelo Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

1. Todas as candidaturas relativas aos actos eleitorais previstos no presente Regulamento deverão obedecer aos seguintes requisitos:

a) Ser apresentadas por listas completas para cada órgão, contendo o nome, número de militante e número de Bilhete de Identidade de cada candidato;

b) Ser propostas por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição;

c) Ser acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou conjuntamente.

2. Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura.

3. Nenhum militante pode aceitar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão.



### LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Loulé, para reunir em sessão ordinária no dia 27 de Dezembro de 2007, pelas 21h00, na Sede do PSD, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, em Loulé, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Leitura e aprovação da Acta do plenário anterior;

2 – Informações Diversas;

3 – Análise da Situação Política actual;

4 – Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD/Loulé  
(Horácio Guerreiro)

### VALPAÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Valpaços, para reunir no dia 25 de Janeiro de 2008 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede Concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário;

2 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h30.

As listas devem ser entregues na Sede de Secção até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Custódio Pereira Areias Tender)